

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BARBARA KEBACH PFLUCK

**O VALOR DO PETRÓLEO PARA O BRASIL: DOS CHOQUES DA DÉCADA DE
1970 AO PRÉ-SAL**

Porto Alegre

2016

BARBARA KEBACH PFLUCK

**O VALOR DO PETRÓLEO PARA O BRASIL: DOS CHOQUES DA DÉCADA DE
1970 AO PRÉ-SAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Pfluck, Barbara Kebach

O Valor do Petróleo para o Brasil: dos Choques da
Década de 1970 ao Pré-Sal / Barbara Kebach Pfluck. --
2016.

84 f.

Orientador: Marcelo Milan.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Petróleo. 2. Pré-sal. 3. Opep. I. Milan,
Marcelo, orient. II. Título.

BARBARA KEBACH PFLUCK

**O VALOR DO PETRÓLEO PARA O BRASIL: DOS CHOQUES DA DÉCADA DE
1970 AO PRÉ-SAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marcelo Milan – Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner
UFRGS

Prof. Dr. André Reis da Silva
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer aos meus pais, por desde sempre terem me mostrado o caminho do estudo e da dedicação, até que eu me sentisse preparada para trilhá-lo com autonomia. Sem o amor e o suporte de vocês, meus esforços não teriam resultado em vitórias. Amo vocês irrevogavelmente.

Em segundo lugar, sou profundamente grata à minha irmã, Deborah, por me demonstrar a definição de amor incondicional. Significas pra mim, sis, o porto mais seguro, onde sempre atracarei com tranquilidade e esperança, independente da tempestade.

Ao meu anjo da guarda, Guilherme, por todas as conversas, desabafos, sua paciência, dedicação, suporte e compreensão. *“Pois Amor tem em mim tanto poder que faz os meus suspiros me deixarem e saírem chamando o meu amado, para dar-me alento. Onde quer que eu o veja, tal sucede, e é coisa tão humil que não se crê.”*

Aos melhores amigos que alguém poderia ter, Amanda, Cesar, Liza, Luiza e Thales, obrigada pelos anos de faculdade que não poderiam ser sonhados.

Por fim, ao meu querido orientador, Prof. Marcelo, que me mostrou que é necessária a falha para o aprimoramento, e, para que fosse possível alcançá-lo, se manteve sempre presente e dedicado.

O grito que ecoou em agosto de 1859 através dos estreitos vales do oeste da Pensilvânia - de que o maluco yankee, o Coronel Drake, havia encontrado petróleo - deu início a uma imensa corrida ao petróleo, que nunca mais teve fim desde então. E, daí em diante, na guerra e na paz, o petróleo ganharia o poder de construir ou destruir nações e seria decisivo nas grandes batalhas políticas e econômicas do século XX. Mas, repetidas vezes, durante a infindável aventura, as grandes ironias do petróleo se tornaram aparentes. Seu poder tem um preço.

Daniel Yergin

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as mudanças históricas do preço internacional do petróleo e suas consequências para a economia internacional, em particular para o Brasil. Ele apresenta uma análise em relação à produção internacional e à tendência dos preços. Estuda também como os eventos globais causados pelo petróleo afetaram as políticas econômicas brasileiras e suas contas externas. Ao mesmo tempo, é feito um acompanhamento da produção do petróleo nacional, ante a necessidade de uma menor dependência e a busca por melhoria na posição de produtor mundial. Para tanto, realiza-se uma retrospectiva histórica desde o início da década de 1970, momento em que ocorreu o Primeiro Choque do Petróleo e em seguida o Brasil iniciou seu II Plano de Desenvolvimento, que resultou no crescimento da dívida externa brasileira; até o início de 2016, período que marca a grande queda no preço do barril, provocando dificuldades para a estatal Petrobras. Em particular, foi no início dos anos 2000, com o preço do barril baixo, que a empresa conseguiu investir e aumentar sua produção, tornando o país um importante produtor mundial. Um dos principais argumentos do trabalho é que o petróleo possui preços instáveis, sendo arriscado tomar medidas que envolvem o valor da *commodity* por longos períodos. Além disso, um pequeno conjunto de variáveis podem ocasionar grandes flutuações no preço, acarretando fortes consequências às economias nacionais.

Palavras-chave: Petróleo. Preços. Choques do Petróleo. Opep. Setor Externo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze historical variations of the international oil price and the consequences for the international economy, particularly for Brazil. It presents a review of the perspectives on the global production and price trends. In addition, it studies how global events impact economic policies and external accounts in Brazil. Simultaneously, a tracking of the national oil production is carried out, given the need for a reduced dependence and the goal of improving the country's status as a worldwide producer. Therefore, the study presents a historical retrospective since early 70s, when the First Oil Crisis happened and the State began a development program, entitled *II Plano de Desenvolvimento*, which has resulted in increasing the Brazilian foreign debt; until the beginning of 2016, when oil prices plunge severely, causing hardships for the state-owned company Petrobras. In particular, in the early 2000s, when barrel prices were low, the company was able to invest and increase its production, turning the nation into a major global producer. One of the main arguments of this study is that oil has fluctuating prices and, consequently, it is risky to take measures involving the commodity price for long periods. Moreover, a small set of variables may cause oscillations in market prices, resulting in deep consequences to the national economy.

Keywords: Oil. Prices. Oil Crisis. Opec. Foreign Sector.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 GEOPOLÍTICA, CONFLITOS E O PETRÓLEO: AS DÉCADAS DE 1970	
A 1980.....	13
2.1 OS CHOQUES DO PETRÓLEO.....	14
2.1.1 ANTECEDENTES.....	14
2.1.2 O PRIMEIRO CHOQUE DO PETRÓLEO.....	16
2.1.3 O CHOQUE DO PETRÓLEO 1979 E A REVOLUÇÃO ISLÂMICA.....	22
2.2 A GUERRA IRÃ-IRAQUE E A DÉCADA DE 1980.....	24
2.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	31
3 INSTABILIDADE NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000: CONFLITOS E CRISES.....	32
3.1 GUERRA DO GOLFO E SANÇÕES AO IRAQUE.....	32
3.2 ANOS 2000: A GRANDE ALTA DOS PREÇOS.....	36
3.3 ATUAL CONJUNTURA.....	42
3.4 QUESTÕES ESTRATÉGICAS E PROJEÇÕES.....	45
3.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	48
4 O SETOR EXTERNO E A QUESTÃO DO PETRÓLEO NO BRASIL.....	49
4.1 O PERÍODO PRÉ-CHOQUE E O ENDIVIDAMENTO EXTERNO: 1963-1973.....	50
4.2 DO PRIMEIRO CHOQUE AO II PND E À ESTATIZAÇÃO DA DÍVIDA: 1974-1979.....	52
4.3 BALANÇO DE PAGAMENTOS COMO FOCO DA ATENÇÃO: 1980-1986.....	58
4.4 ANOS 1990 E AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO.....	65
4.5 OS ANOS 2000 E A CRISE DO SUBPRIME.....	67
4.6 ÚLTIMO PICO DE PREÇO E AS IMPLICAÇÕES DE SUA QUEDA.....	70
4.7 PERSPECTIVAS.....	72
5 CONCLUSÃO.....	73
REFERÊNCIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

Desde meados do século XIX, com a Segunda Revolução Industrial, o petróleo tem sido utilizado como a principal fonte energética do mundo. Esse recurso energético proporcionou a expansão das indústrias e a produção de máquinas e de veículos, e conquistou um papel central em quase todas as regiões do planeta. O petróleo, enquanto importante insumo energético global, é encarado como recurso estratégico pelos Estados. É considerado um meio de garantir a segurança energética nacional, como um instrumento de barganha nas negociações geopolíticas, ou também como meio de obtenção de outros recursos que possam ser aplicados no desenvolvimento econômico, social e tecnológico.

Este trabalho procura demonstrar de que modo é conferido ao petróleo um *status* destacado na economia e na geopolítica global, e o quão ele é considerado artigo de segurança nacional pela maior parte dos Estados. Além disso, faz-se uma análise do poder de barganha dos Estados que se encontram sobre vastos campos de petróleo junto aos consumidores e de sua posição privilegiada no cenário internacional contemporâneo. Ao mesmo tempo, verifica-se a alta vulnerabilidade dos países que possuem grande dependência do recurso diante das decisões dos produtores, das condições do mercado em relação à oferta e demanda e da consequente oscilação no valor do barril.

O presente trabalho tem como problema de pesquisa a seguinte pergunta: qual é o comportamento do preço internacional do petróleo diante dos eventos diplomáticos, econômicos e militares entre os Estados e como as diretrizes político-econômicas brasileiras responderam a tais oscilações? A pesquisa utilizou como hipótese principal a de que o comportamento dos preços do barril é dificilmente previsível e ocasiona grandes impactos nas economias dependentes da *commodity*, dando-se ênfase na grande dependência e vulnerabilidade brasileira, uma vez que o Brasil necessitou de ajustes em sua economia para se adequar às mudanças internacionais.

A relevância do tema de recursos energéticos em termos internacionais, tendo o petróleo como principal matriz de energia global se torna a justificativa desta pesquisa. O produto está presente em praticamente todos os segmentos da cadeia produtiva global e é razão de diversos conflitos interestatais e variações nos rumos econômicos nacionais. No caso do Brasil, desde meados do século passado o país se mostrou crescentemente dependente do petróleo, de modo que as variações do valor do recurso acabaram afetando a economia interna bem como a política externa do Brasil e suas diretrizes, conforme a dependência pelo óleo crescia.

Desse modo, o objetivo geral do trabalho é avaliar a interdependência entre os países produtores e consumidores de petróleo. O objetivo específico, por sua vez, é detalhar os eventos que motivaram as flutuações do preço do barril e as consequências que o sistema internacional enfrentou, além de demonstrar as respostas brasileiras na questão de produção do recurso, contas externas e crescimento econômico.

Este trabalho estabelece como recorte temporal o período do início da década de 1970 até o ano presente, incluindo previsões acerca dos próximos 20 anos. A escolha do período se deu pelo primeiro uso do petróleo como instrumento de poder político, quando os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) praticaram um embargo contra Israel e seus aliados na Guerra de Yom Kippur em 1973.

A técnica de pesquisa deste trabalho consiste em revisão bibliográfica e análise de gráficos. Utiliza-se da bibliografia para embasar argumentos acerca da geopolítica do petróleo, buscando identificar elementos que caracterizem as conjunturas político-econômicas do período abrangido. A análise de documentos como jornais e artigos científicos serve de base para explicar o cenário internacional e doméstico, analisando os processos dos quais a política interna brasileira faz uso para fortalecer sua economia e diminuir os impactos das grandes flutuações do preço do óleo. Os gráficos, por sua vez, são empregados para a demonstração do comportamento dos preços e da produção de petróleo tanto internacional quanto nacional.

O trabalho está estruturado em três partes, além desta introdução. É descrito nas duas primeiras seções do primeiro capítulo – cada uma abrangendo um choque, o de 1973 e o de 1979 – os motivos do embargo imposto sobre a produção do petróleo, a evolução das oscilações e a grande oferta de petrodólares aos países, principalmente aos emergentes. Na terceira seção, são relatados os efeitos dos choques como a grande recessão que os países consumidores enfrentaram, a contração do comércio internacional e a grande dívida que os países em desenvolvimento adquiriram, ante a ampla captação de recursos externos.

O segundo capítulo é uma continuação cronológica do anterior, abrangendo a partir da década de 1990, sob a análise de uma maior estabilidade. Relata também os anos 2000 e a tendência crescente dos preços em função principalmente da maior demanda dos países emergentes e da crise do *subprime*. É feito um breve estudo da situação atual do petróleo, que teve seu valor diminuído substancialmente nos últimos anos, e logo depois são analisados rapidamente alguns possíveis cenários acerca do futuro do petróleo.

O terceiro e último capítulo estuda os reflexos que os eventos históricos mundiais abrangendo o petróleo, analisados no primeiro e no segundo capítulo, tiveram sobre as

diretrizes políticas e econômicas brasileiras. Procura-se explicar que com o Primeiro Choque do Petróleo surgiram focos de tensão inflacionária e reaparecimento de déficits comerciais na economia doméstica. Entretanto, o governo brasileiro tomou medidas para que o crescimento brasileiro não fosse afetado. É descrito como as contas externas brasileiras foram prejudicadas e como que a produção de petróleo evoluiu ao longo dos anos, na busca de uma menor dependência do óleo importado. A atual queda do preço é vista como um desafio à Petrobras, que precisou arcar com grandes perdas e com incredulidade do mercado financeiro internacional. Também é desenvolvida uma análise de perspectivas, da maior inserção no setor energético de energias renováveis e do aumento de produção de petróleo nacional, que vem batendo recordes, apesar do baixo preço internacional.

Conclui-se que, historicamente, as oscilações no preço do petróleo geram efeitos variados nas regiões do planeta, pois os resultados dessa conjuntura não são homogêneos entre elas, tanto entre os exportadores quanto entre os importadores. Alguns produtores acabam aumentando sua participação no mercado internacional, enquanto que alguns consumidores, tentando diminuir gastos e aliviar suas contas externas, se tornam menos propensos a investir em fontes alternativas, o que aumenta sua vulnerabilidade externa. Além disso, outro ponto levantado após a análise é que se torna difícil fazer uma previsão precisa do comportamento do preço do barril, pois a especulação tem a função de aumentar as proporções.

2 GEOPOLÍTICA, CONFLITOS E O PETRÓLEO: AS DÉCADAS DE 1970 A 1980

O preço do petróleo neste último meio século se comportou de maneira bastante volátil. Uma importante razão para isso é seu caráter estratégico, o que faz com que sua cotação seja muito sensível a pequenas condicionantes no cenário internacional. Quando há um evento maior, naturalmente a volatilidade do preço também se torna mais acentuada, em períodos curtos de tempo.

Neste capítulo, é desenvolvida uma análise histórica dos principais condicionantes das variações no preço internacional do barril (sem diferenciar por tipo de óleo). A ênfase é dada às decisões e movimentações da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), cartel fundado em 1960 com o objetivo de coordenar políticas petroleiras, focando nos preços e no volume das produções de seus membros. É argumentado que, como a organização é formada por Estados tão diferentes, torna-se difícil um consenso entre eles, e muitas vezes cada país opta por seguir sua própria política petroleira. Além disso, há conflitos diplomáticos e militares entre os membros, complicando ainda mais resultados favoráveis ou até mesmo negociações.

Cada seção do capítulo é dividida cronologicamente, de acordo com os acontecimentos mais relevantes para as oscilações no preço internacional do petróleo. A abordagem inicia-se com os primeiros grandes eventos recentes para a história do petróleo, que foram os dois Choques do Petróleo, o primeiro em 1973 e o segundo em 1979. Uma breve descrição de antecedentes é feita antes de iniciarem-se os dois pontos que relatam os conflitos, desacordos, negociações e demais acontecimentos que causaram as grandes crises, que ocorreram ao longo delas e como os atores se comportaram frente à situação. É nestes dois principais choques que os países produtores fizeram uso do petróleo como “arma estratégica política”, o que depois se reverteu a custos crescentes para estes países. Resultou numa perda de poder e de coesão entre eles, e o papel da Opep (braço geopolítico ampliado dos exportadores) praticamente perdeu importância e legitimidade.

A segunda parte do capítulo desenvolve os eventos da década de 1980, entre eles os conflitos que causaram novas oscilações no preço do barril, como a Guerra Irã-Iraque em 1980; o efeito “contrachoque” das crises da década anterior, entre 1985 e 1986, quando o mercado global de petróleo passou da escassez ao excesso de oferta e a uma grande redução nos preços; a entrada de petrodólares nos países em desenvolvimento e o início da grande dívida externa destes países.

2.1 OS CHOQUES DO PETRÓLEO

No início dos anos 1970, os principais países do Oriente Médio produtores de petróleo, como Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait (membros da Opep), passaram a regular suas exportações do óleo aos países consumidores. Em 1973, em decorrência do conflito de Yom Kippur, a Opep decidiu impor um embargo ao seu petróleo exportado aos países aliados de Israel, o que fez com que o preço da *commodity* se elevar, causando um pânico global e grandes consequências aos países industrializados importadores do petróleo árabe. Em 1979 ocorre um novo choque do petróleo. Este decorre da paralisação da produção do Irã, uma vez que o país passava por uma Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini. Este choque teve maior duração do que o primeiro, pois além da paralisação da produção logo após a Revolução, o novo governo islâmico fundamentalista passou a controlar os preços do produto de acordo com a sua orientação político-religiosa.

2.1.1 ANTECEDENTES

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a indústria petrolífera começou a passar por uma nova era, em que a produção de um bilhão de barris diários a mais ou a menos, contabilizados em um país, não representava uma diferença significativa. O mercado mundial de petróleo cresceu de maneira rápida entre o início dos anos 1950 e o fim dos anos 1960. Quanto mais o consumo crescia, mais rápido aumentava a disponibilidade de petróleo: em 1948, havia 8,7 milhões de barris diários; já em 1972, este número saltara para 42 milhões de barris diários (YERGIN, 2010).

As reservas mundiais nos países não comunistas cresceram quase nove vezes, passando de 62 bilhões de barris em 1948 para 534 bilhões de barris em 1972. A produção dos Estados Unidos elevou-se de 5,5 milhões de barris para 9,5 milhões de barris diários neste mesmo período. Entretanto, a participação americana na produção total mundial caiu de 64% para 22%. O motivo deste declínio foi o deslocamento de produção para o Oriente Médio, onde ela passou de 1,1 milhão de barris para 18,2 milhões de barris diários no período citado (um aumento de 1.500%). “No jargão da indústria petrolífera, um campo de petróleo gigante é conhecido como ‘elefante’. No início dos anos 1950, o número de ‘elefantes’ descobertos no Oriente Médio estava se expandindo rapidamente.” (YERGIN, 2010, p. 562).

As reservas na região passaram de 28 bilhões para 567 bilhões de barris entre os anos 1948 e 1972. “Para cada dez barris que se acrescentavam às reservas de petróleo no mundo, mais de sete vinham do Oriente Médio.” (YERGIN, 2010, p. 562).

Conforme aponta Berman (2016), em novembro de 1970 a produção de petróleo norte-americana atingiu o pico de Hubbert¹ e começou a declinar, sugerindo que a capacidade de acumular reserva da potência já não era tão grande quanto vinha sendo. O governo americano estava mantendo os preços do petróleo artificialmente baixos, e a Opep precisava tomar alguma medida em relação a isso para manter seus interesses enquanto exportadores mundiais de petróleo.

O sistema internacional presenciou uma reviravolta no mercado de petróleo na década de 1970. A demanda pelo insumo estava se equilibrando com a produção disponível, e as reservas estavam se esgotando. Os países estavam muito dependentes do Oriente Médio e do norte da África, pois necessitavam de seu petróleo, em um período de alto crescimento econômico e grande procura por energia. Deste modo, o consumo de petróleo era altíssimo, ainda mais com o baixo preço do produto alcançado no final da década de 1960 e início da década de 1970 devido ao aumento de produção nas regiões mencionadas, cerca de treze milhões de barris por dia (FUSER, 2005).

Os países exportadores fizeram grande uso da estatização das empresas petrolíferas, obtendo assim maior controle sobre os preços do petróleo. Em vez de tentar aumentar seus lucros com um maior volume de petróleo produzido e preços mais baixos, como estavam fazendo até então, as empresas começaram a buscar preços mais elevados. “O resultado foi o novo sistema idealizado em Teerã e Trípoli, pelo qual os preços eram submetidos a negociações entre empresas e países, ficando a cargo dos países a iniciativa de forçar a subida dos preços estabelecidos.” (YERGIN, 2010, p. 639).

O Oriente Médio passou a disputar com o Texas a posição de maior fornecedor de petróleo para o mundo. Destacava-se entre estes países, na guinada de produção de petróleo, a Arábia Saudita, que acabou ocupando a posição que até então era do estado norte-americano. A parte do reino saudita nas exportações havia aumentado rapidamente de 13%, em 1970, para 21%, em 1973, e continuou a subir. Sua produção em julho de 1973, de 8,4 bilhões de

1 A teoria do Pico do Petróleo ou Pico de Hubbert mostra onde a curva da produção de petróleo começa a declinar, a caminho de seu término. É aplicada em qualquer área geográfica, desde simplesmente uma reserva de petróleo até no planeta inteiro. O ciclo de produção teria sempre uma curva semelhante, em forma de parábola. Quando ascendente, a produção aumenta com o acréscimo de infraestrutura produtiva. Quando descendente, a produção diminui devido ao esgotamento gradual do recurso e dos custos de extração.

barris por dia, era 62% mais elevada que o nível de um ano atrás, 5,4 milhões de barris por dia, e este índice também aumentava (YERGIN, 2010).

Yergin (2010) explica que, no começo da década de 1970, o baixo preço do petróleo possibilitou o grande crescimento econômico mundial, mas ele não conseguiu se manter no nível que se encontrava. Segundo o autor, o motivo é que a demanda não poderia continuar aumentando no mesmo ritmo, pois as reservas estavam diminuindo. No final do ano de 1970, não contando com as reservas dos EUA, havia cerca de três milhões de barris/dia de capacidade excedente no mundo, com a maior parte concentrada no Oriente Médio. Em 1973, esta capacidade se encontrava pela metade, abaixo de mais ou menos 1,5 milhão de barris/dia – aproximadamente 3% da demanda total. Alguns países da região, como Kuwait e Líbia, haviam estipulado cortes em sua produção. Em 1973, então, a capacidade de produção excedente, que poderia ser considerada realmente “disponível”, era de apenas 500 mil barris/dia, o que representava 1% do consumo mundial.

Fuser (2005) defende que o decréscimo das reservas norte-americanas, juntamente com uma combinação de outros fatores importantes, tornou possível o grande aumento dos preços de petróleo no início da década de 1970. Podem-se incluir os avanços da Opep através dos anos anteriores nas negociações sobre o petróleo, no sentido que aumentava sua participação nos lucros e na propriedade do petróleo (ou seja, o cartel vinha aumentando sua influência); a retirada das tropas restantes da Grã-Bretanha no Oriente Médio em 1971, ao sul do Golfo Pérsico, nos países Bahrein, Catar e Emirados Árabes (pois se tornou inviável uma reação militar imediata da potência europeia à elevação dos preços); o aumento do índice de importações de petróleo pelos EUA e o declínio de sua capacidade de aumentar sua produção interna; a Guerra de Yom Kippur em 1973, que gerou instabilidades políticas internacionais para além da região do Canal de Suez.

2.1.2 O PRIMEIRO CHOQUE DO PETRÓLEO

O primeiro grande aumento nos preços do petróleo tem origem na guerra árabe-israelense. O Conflito de Yom Kippur foi a quarta guerra entre árabes e israelenses, e pode ser considerada, de acordo com Yergin (2010), a mais intensa e devastadora das anteriores, e a causadora de maiores consequências. A guerra foi planejada pelo governante do Egito, Anwar Al Sadat, com o propósito de retomar os territórios árabes perdidos na Guerra dos Seis Dias de 1967. O soberano, juntamente com Hafez al-Assad, governante da Síria, lançou um ataque contra Israel no Dia do Perdão judaico, através do Canal de Suez. Com a interferência norte-

americana no conflito, no grande envio de armamentos, os árabes se enfurecem, pois desejavam capitalizar parte do apoio norte-americano para si, tendo em vista que ele se concentrava em Israel (VISENTINI, 2012).

De acordo com Fuser (2005), os membros exportadores da Opep encararam o conflito árabe-israelense como uma excelente oportunidade para demonstrar sua autonomia e exercer o poder sobre o mercado que já vinham adquirindo desde o início da década. Fizeram amplo uso da “arma do petróleo”, em uma ação tática que Henry Kissinger chamou de “chantagem política”.

Um embargo foi declarado em outubro de 1973 pelo grupo exportador contra os aliados de Israel, incluindo os Estados Unidos. Entretanto, segundo Bernan (2016), a medida foi somente uma desculpa para ajustar o preço da *commodity* de acordo com as moedas ocidentais desvalorizadas pelo fim do Acordo de Bretton Woods. Os produtores de petróleo queriam revisar sua participação nas empresas multinacionais e os acordos firmados em Teerã e Trípoli, com o desejo de passarem a receber uma parcela maior dos retornos com o aumento nos preços do petróleo (YERGIN, 2010).

Quando o Egito e a Síria promoveram o ataque-surpresa inicial contra Israel, em 6 de outubro de 1973, os membros da Opep se encontravam em Viena, negociando com as empresas petrolíferas uma nova margem de lucros para os países. O ataque interferiu nas negociações, provocando maior segurança nos delegados da Opep, frente a uma possível vitória árabe nos campos de batalha, e nervosismo nos empresários, por se encontrarem em uma situação desfavorável ante a possibilidade de o petróleo ser usado como arma de guerra. Os países membros exigiam um aumento de 100% em relação ao preço do barril fixado (três dólares da época), mas as companhias estavam oferecendo somente 15%, cerca de 45 centavos a mais por barril.

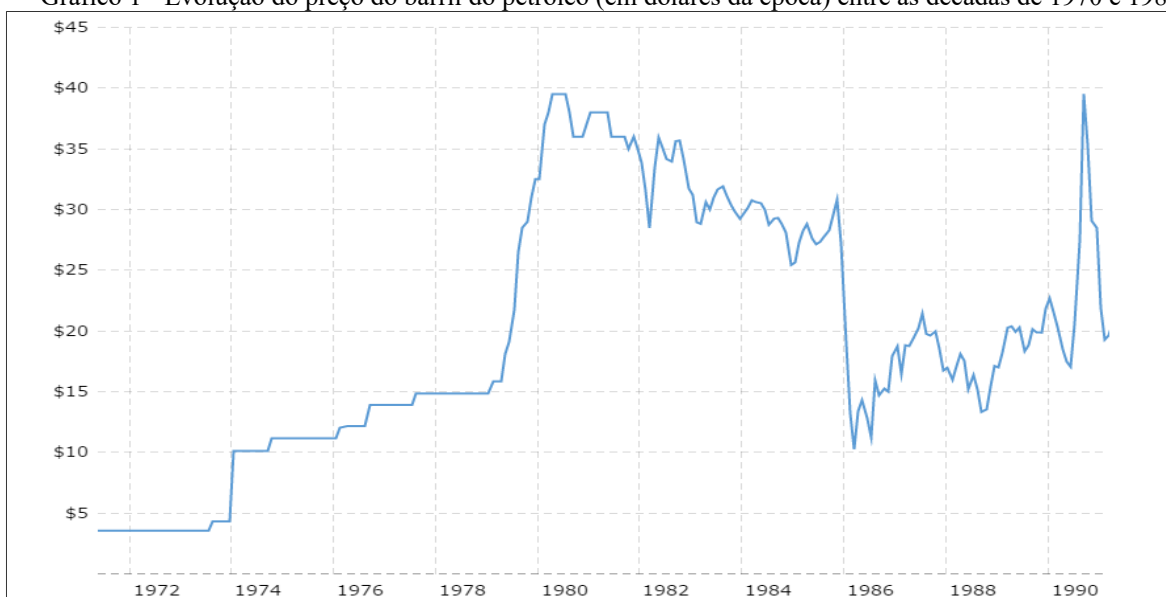
Os delegados da Opep no Golfo (cinco árabes e um iraniano) se reuniram então no Kuwait em 16 de outubro para retomar as discussões interrompidas em Viena e, sem esperar por uma resposta das companhias, anunciaram sua decisão de aumentar o preço fixado do petróleo em 70%, para 5,11 dólares o barril. Decidiram cortar sua produção em 5% ao nível de setembro e continuar a cortar em 5% nos meses subsequentes, até alcançarem seus objetivos, com diferentes taxas a consumidores: para seus aliados, o fornecimento seria mantido a taxas normais, e para os Estados Unidos diminuiria ainda mais a produção. A Opep alcançou gradualmente sua total proibição da exportação do petróleo para alguns países, primeiramente abrangendo somente os EUA e Holanda (graças à tradicional amizade com Israel), e depois se estendendo a Portugal, África do Sul e Rodésia, região que hoje é o

Zimbábue. Quando então Nixon, em 19 de outubro, anunciou um pacote de ajuda militar a Israel de US\$ 2,2 bilhões, a Líbia embargou todo seu carregamento de petróleo para a potência e a Arábia Saudita cancelou todos os carregamentos de petróleo para o país (YERGIN, 2010). Conforme os dados expostos por Bernan (2016), o preço do petróleo mais que dobrou no final de Janeiro de 1974, indo de US\$ 22,12 para US\$ 52,44 o barril (ajustado à taxa de inflação de 2016).

O petróleo não árabe era deslocado para os países que haviam sofrido embargo ou estavam na lista dos neutros, enquanto o petróleo árabe era direcionado para os países que constavam da lista dos preferenciais. As cinco maiores companhias americanas acabaram, assim, desviando, ao todo, aproximadamente um terço de seu petróleo. [...] A perda do Japão no período do embargo foi de 17%, dos EUA de 18% e da Europa Ocidental de 16% (YERGIN, 2010, p. 694).

No início de outubro, o petróleo árabe disponível era de 20,8 milhões de barris por dia. Dois meses depois, no momento mais crítico do embargo, totalizava 15,8 milhões de barris por dia, uma perda bruta de cinco milhões de barris diários de abastecimento do mercado internacional. Alguns produtores, como Irã e Iraque, não aderiram ao embargo, e, ao contrário dos outros membros da Opep, eles aumentaram sua produção, e assim seus lucros. As incertezas em relação ao comportamento do preço do óleo no futuro provocavam uma maior procura pelo produto, apesar de seu preço elevado. As companhias de petróleo e os consumidores buscavam abastecer seus estoques, não apenas para seu uso corrente, mas como segurança frente o futuro incerto e possíveis racionamentos. Este aumento da demanda acabou por agravar ainda mais os preços.

Gráfico 1 - Evolução do preço do barril do petróleo (em dólares da época) entre as décadas de 1970 e 1980



Fonte: Macrotrends - Crude Oil Prices - 70 Year Historical Chart (2016)

De acordo com Visentini (2012), o choque do petróleo foi simplesmente uma reação à ponte aérea americana, utilizada para o envio de armamentos a Israel frente ao ataque do Egito e Síria, e à ofensiva israelense. O aumento dos preços foi exercido de forma moderada e atingiu apenas alguns países, os que eram a favor de Israel. Se não fosse pela manipulação das companhias e pela especulação que estas causaram, com o objetivo de aumentarem seus lucros, a crise não teria tido as proporções que tomou.

Yergin (2010) explica que, em novembro de 1973, a Comunidade Europeia declarou apoio aos países árabes no conflito contra israelenses. Nesta decisão, a França era a maior interessada, pela sua alta dependência do petróleo árabe. Como resultado, foram suspensos os 5% do corte em dezembro, mas em troca os países europeus precisavam pressionar os EUA e Israel. Apesar da decisão árabe frente ao apoio europeu, dois países capitalistas ainda se sentiam ameaçados. Um era a Holanda, que não fora incluída na “lista dos amigos” e continuava sob a suspensão da produção árabe. O outro país era o Japão, que começava a ficar preocupado com a diminuição da oferta de petróleo árabe. Isto porque 44% do petróleo que este país consumia vinha dos Estados árabes do Golfo, e era o país industrializado mais dependente do óleo como fonte de energia – 77%, comparando com os 46% dos Estados Unidos). Receosos de não obterem petróleo suficiente para sua demanda, os japoneses buscaram isolar sua política externa da influência norte-americana, mesmo que a aliança entre os dois países constituísse a base da política externa japonesa. Como haviam alcançado certo progresso na disputa árabe-israelense, os árabes amenizaram o embargo, e em 18 de março de 1974, os ministros concordaram com sua suspensão.

Apesar do boicote e da alta dos preços, nenhum país ficou sem combustível, pois o petróleo é uma fonte de energia fungível. Os Estados Unidos, de acordo com Fuser (2005), não sentiram falta significativa do petróleo, e houve redirecionamento das remessas, transportadas por navios, o que acabou por de certa forma frustrar o objetivo árabe de punir certos governos e suas condutas políticas. A grande potência tomou medidas de cautela relativas às reservas que possuía e ao consumo do produto.

Como resultado do embargo, Fuser (2005) ainda aponta que a Opep não alcançou seu propósito inicial, que era impor concessões territoriais a Israel. Quando o fornecimento de petróleo foi normalizado pelo cartel, em abril de 1974, os territórios ocupados em 1967 continuavam sob influência israelense, e nem sequer havia-se posto em pauta a questão sobre a Palestina. Entretanto, por mais que estes assuntos não tivessem tido ênfase, os membros da Opep haviam conseguido que os EUA suprimissem o envio de suporte militar a Israel e pressionaram um armistício. Porém, este só foi concluído dois dias após a Arábia Saudita

anunciar seu embargo. Em decorrência, a “arma do petróleo” teve certa influência direta no conflito entre árabes e israelenses, ao influenciar no diálogo de forças entre a Opep e os Estados Unidos.

Entre as principais consequências do choque do petróleo, Fuser (2005) destaca algumas. A primeira foi a crise econômica, que afetou os Estados Unidos e a Europa e Japão, em maior grau, e os países periféricos, em menor grau. Os Estados Unidos apresentaram um quadro de estagflação, com taxas de crescimento muito baixas e até negativas (queda de 2% no PIB real em 1974) e taxas inflacionárias elevadas, acima de 12% no mesmo ano. Nas economias europeia e japonesa, já fragilizadas pela inflação, os preços entraram em crise, agravando o problema inflacionário. Em relação aos países em desenvolvimento Cavarzan (2008) considera que foram os mais prejudicados com o embargo, pois não produziam petróleo em grandes quantidades e eram muito dependentes do insumo estrangeiro. Além disso, estes países não estavam mais conseguindo receitas de exportação advindas dos países desenvolvidos, seus mercados consumidores, pois estes estavam passando por um período de recessão e diminuindo suas importações. De acordo com Velloso, citado por CAVARZAN, “o déficit em transações correntes dos países subdesenvolvidos passou de US\$ 11,5 bilhões em 1973, para US\$ 31 bilhões em 1974 e US\$ 37 bilhões em 1975”.

Outra consequência apontada por Fuser (2005) foi o desafio que o embargo e a nacionalização das concessões petrolíferas apresentaram para a posição hegemônica dos Estados Unidos. Para o país, passou a ser mais complicado estabelecer as regras e estruturas internacionais, controlando o movimento de bens, capital e tecnologia americanos no exterior, apesar de este desgaste já estar ocorrendo com a diminuição das reservas domésticas de petróleo. Além disso, Krasner, citado por FUSER, afirma: “Os EUA não podem mais defender e manter uma estrutura em que a exploração, transporte e comercialização das matérias-primas são controlados por corporações verticalmente integradas, baseadas nos países industriais avançados.” (FUSER, 2005, p. 154).

O aumento das nacionalizações das empresas petrolíferas e o alcance do objetivo dos países produtores de controlar seu próprio petróleo são outras consequências apontadas por Fuser (2005). Os Estados exportadores adquiriram grandes porcentagens sobre as concessões às petrolíferas. Como exemplo, o Kuwait obteve 60% da concessão em seu território, e a British Petroleum e a Gulf ficaram com 40%. Depois, o país também se apossou desta porcentagem, não assumindo compromisso algum com as multinacionais. A Arábia Saudita, por sua vez, aumentou de 25% para 60% sua participação no capital da Aramco (formada por quatro empresas norte-americanas, Exxon, Mobil, Texaco e Chevron) em junho de 1974. Em

1976, entretanto, havia tomado 100% da participação e passou a chamar a nacionalizada de Saudi Aramco.

Outro resultado que o autor aponta foi o aumento surpreendente da renda dos países exportadores de petróleo e o fortalecimento de seu nacionalismo. O lucro que o embargo resultou aos exportadores foi exorbitante, tanto de membros da Opep quanto de não-membros, uma vez que o aumento decidido pelo cartel acabava abrangendo todo o mercado internacional. A alta nos preços do petróleo enriqueceu muitos países árabes, sendo que Qatar, Kuwait, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Líbia formaram o grupo de países mais ricos do Oriente Médio. Além disso, as maiores companhias petrolíferas, conhecidas por “Sete Irmãs”, tiveram grandes lucros com a crise. O aumento no lucro das “Sete Irmãs” chegou a atingir 159% no ano de 1973. Apesar dos ganhos imediatos, entretanto, Visentini (2012) destaca que esta renda exorbitante provocou uma série de dificuldades aos países árabes e muçulmanos, como o agravamento dos desequilíbrios internos, o corrompimento das elites e o aumento da dívida, do consumo e da inflação.

As reservas financeiras internacionais da Arábia Saudita passaram de US\$ 3,9 bilhões no ano de 1973 para US\$ 14,3 bilhões em 1974 e então US\$ 49,6 bilhões no final de 1976. As reservas acumuladas pelo reino saudita ultrapassaram as do Japão, dos EUA e da Alemanha (FUSER, 2005). Os países da Opep, em 1973, tinham um saldo positivo em conta corrente de US\$ 9 bilhões. Já em 1974 passaram para US\$ 62 bilhões de dólares (CAVARZAN, 2008).

Fuser (2005) aponta que os membros da Opep tiveram seus rendimentos ampliados de US\$ 23 bilhões em 1972 para US\$ 140 bilhões em 1977, o que significava muito mais do que poderiam gastar. Esta renda acabou voltando aos grandes centros financeiros através de enormes volumes adquiridos dos mais variados produtos, bens e futilidades que os produtores de petróleo passaram a importar dos países capitalistas.

Embriagados pela súbita opulência, o Estado e as elites dos países da Opep mergulharam numa febre de gastos praticamente ilimitada, que abarcava tanto produtos necessários quanto supérfluos, armamentos, programas de industrialização (quase todos fadados ao fracasso), subsídios, programas sociais e, é claro, muito desperdício e corrupção (FUSER, 2005, p. 157).

As receitas do petróleo, segundo o autor, foram aplicadas no sistema financeiro internacional através dos petrodólares, que aumentaram a liquidez internacional e auxiliaram na recuperação da recessão mundial de 1974 e 1975, especialmente nos países periféricos. Este excesso de capital acabou por gerar uma crise de dívida externa nestes países na década

de 1980, pois grande parte dos petrodólares foi usada como empréstimos concedidos a juros muito baixos, e, quando aumentaram, a dívida se tornou impagável.

2.1.3 O CHOQUE DO PETRÓLEO 1979 E A REVOLUÇÃO ISLÂMICA

A monarquia do Irã não conseguia absorver toda a renda que inundou sua economia, o que se tornou evidente em meados dos anos 1970. O governo do Xá Mohammed Pahlavi desperdiçou os petrodólares em corrupção e caros programas de modernização, que acabaram por criar instabilidades econômicas, políticas e sociais internas. A inflação era crescente, assim como o êxodo rural, que prejudicava a produção agrícola, inflava os preços imobiliários e sobrecarregava os serviços urbanos como eletricidade e transporte, a ponto de entrarem em colapso. Enquanto o Xá e sua tentativa de modernização eram crescentemente vistos com desgosto pela população, o fundamentalismo ganhava simpatia (YERGIN, 2010).

À medida que a desigualdade social crescia, os protestos por mudanças de governo aumentavam. Havia greves e conflitos violentos, e os impactos que causaram foram sensíveis. O Irã era o segundo maior exportador de petróleo, ficando atrás da Arábia Saudita. Exportava 4,5 milhões de barris diários, e produzia 5,5 milhões. Entretanto, no início de novembro de 1978, estas exportações caíram para menos de um milhão de barris diários, justamente quando a demanda mundial aumentava devido ao inverno no hemisfério norte (YERGIN, 2010).

Esta queda nas exportações, conforme Fuser (2005) explana, foi decorrente das greves e à agitação política no Irã, ocasionadas pelo descontentamento com o governo do Xá, ao longo de 1978. Como os grevistas das refinarias iranianas não estavam interessados em diálogo, no final de dezembro as exportações de petróleo iranianas haviam zerado. Apesar deste corte total nas exportações iranianas, a Arábia Saudita expandiu sua produção, de 8,5 milhões de barris diários para 10,5 milhões, a fim de evitar grandes aumentos no preço do barril. Houve ainda assim uma queda real, pois o Irã era o segundo maior exportador do mundo. Todavia, a demanda mundial de 50 milhões de barris por dia fazia com que a perda não fosse maior do que 4% a 5%. De qualquer forma, houve um aumento de 150% nos preços, devido ao pânico gerado por cinco fatores: o crescimento do consumo de petróleo; o rompimento de contratos e acordos nas indústrias petrolíferas devido à revolução no Irã; as estratégias conflituosas e contraditórias dos governos consumidores de petróleo; o oportunismo dos exportadores, que aumentavam ainda mais os preços e seus lucros; a incerteza, receio e pessimismo quanto ao sistema petrolífero.

Novamente, para se protegerem de um aumento ainda maior no preço do barril e a uma possível escassez, as companhias e consumidores optaram por abastecer seus estoques e adquirir petróleo extra, e isso acarretou em um aumento exponencial nos preços, justamente o que tentavam evitar. Houve uma “demanda extra” de três milhões de barris diários, muito acima das reais necessidades de consumo (FUSER, 2005).

O autor destaca que em fevereiro de 1979 o regime do Xá havia terminado, pois perdera gradativamente o apoio dos clérigos xiitas do Irã e da classe trabalhadora. Instalava-se o novo regime do Aiatolá Ruhollah Khomeini, religioso xiita opositor do Xá. Com ele veio o segundo choque do petróleo, que elevou os preços de US\$ 13 para US\$ 34 o barril, desencadeando drásticas mudanças na indústria petrolífera internacional.

No fim de março a Opep se reuniu. Os preços à vista haviam aumentado 30% e os derivados até 60%. A Opep decidiu, então, que os países membros poderiam acrescentar a seus preços oficiais sobretaxas e alguns bônus “que julgassem necessários à luz dos fatos”. [...] Os exportadores estavam abandonado qualquer ideia de uma estrutura de preços oficiais. Cobriam o que o mercado suportasse (FUSER, 2005, p. 780).

Este acordo significava “cada um por si”. O consumidor poderia traduzir esta decisão como considerando o preço do dia melhor do que o do dia seguinte.

Em novembro de 1979, 63 americanos foram sequestrados na embaixada norte-americana em Teerã por rebeldes iranianos. Alguns foram logo libertados, mas 50 foram mantidos em cativeiro. O motivo do sequestro foi as relações entre o Xá Pahlavi e os EUA e o modo como a potência ocidental interferia no Irã, além de ser uma forma de projetar o perfil interno e internacional do líder revolucionário Khomeini. A Crise dos Reféns durou quinze meses (444 dias) e demonstrou que a defensiva dos Estados Unidos e do Ocidente estava declinando, pois eram incapazes de proteger seus interesses políticos e econômicos (FUSER, 2005). O Presidente norte-americano Carter então iniciou uma política de pressão sobre o Irã, tomando medidas econômicas, como a paralisação das importações de petróleo iraniano e o congelamento das contas do Irã nos bancos americanos, além de expulsar vários iranianos dos Estados Unidos. O presidente democrata começou a considerar um resgate militar, mas a União Soviética havia ocupado o Afeganistão em dezembro, e uma das causas desta intervenção militar era o receio de que os EUA invadissem o Irã. Sendo assim, Carter hesitou, temendo que os soviéticos intervissem diretamente no conflito (LA CRISIS..., 2007).

Em 7 de abril de 1980, os Estados Unidos rompem relações diplomáticas com o governo do Irã, que, por sua vez, proibiu toda a exportação de seu petróleo para qualquer

companhia americana (YERGIN, 2010). Em abril de 1980, Carter ampliou a pressão econômica, declarando um embargo total de bens ao Irã, com exceção de medicamentos, e ordenou uma operação armada no território iraniano para resgatar os reféns (ALVARADO, 2002). A operação se mostrou um fracasso e o desprestígio dos Estados Unidos aumentou. A crise política chegou ao fim em novembro de 1980, após o falecimento do Xá em julho e a invasão do Irã pelo Iraque, esta como o primeiro movimento da Guerra Irã-Iraque.

Yergin (2010) considera todos estes fatos como realçadores do pânico pela compra de petróleo e, por consequência, do aumento dos preços do produto. Uma nova alta dos preços poderia causar uma série de graves consequências para os exportadores, entre elas a perda de confiança dos consumidores, a busca destes por fontes alternativas de energia e um maior investimento em produção doméstica de petróleo, em detrimento de importações. Em 1979, a produção da Opep estava por volta de 31 milhões de barris diários (três milhões a mais do que no ano anterior, apesar da diminuição iraniana, mas devido ao aumento saudita, consciente das consequências de um novo choque do petróleo para os produtores). Esta produção extra se destinava aos estoques das companhias, que temiam uma interrupção do fornecimento. Porém, mais cedo ou mais tarde estes estoques não teriam outra opção senão suprir a demanda do mercado, fazendo com que o preço então despenque. Após a tentativa fracassada de resgate dos reféns, o Comitê de Estratégias a Longo Prazo da Opep apresentou sua proposta de um aumento anual de 10% a 15% no preço do barril sobre os preços correntes, o que equivalia a US\$60 o barril em cinco anos. As previsões de Yamani, ministro do petróleo saudita, se encontravam corretas, uma recessão econômica tomava forma e a demanda por petróleo caía, mas os estoques continuavam a aumentar.

2.2 A GUERRA IRÃ-IRAQUE E A DÉCADA DE 1980

Os preços do petróleo voltaram a sofrer nova subida com o início do conflito entre Irã e Iraque, que tiraria mais de seis milhões de barris do mercado em 1981. O preço do barril pulou para US\$ 117 (em dólares de 2016), e o efeito destas variações nos preços na economia mundial foi devastador. A demanda mundial por óleo diminuiu quase 10 milhões de barris por dia e não se recuperou aos níveis de 1979 até 1994 (BERNAN, 2016).

Foi em 22 de setembro de 1980 que o primeiro ataque ao Irã pelo Iraque ocorreu, da chamada Primeira Guerra do Golfo (VISENTINI, 2012), mas depois conhecida somente como Guerra Irã-Iraque. A ofensiva ocorreu “por terra e por ar, sem aviso prévio, iniciando a mais longa guerra convencional do século XX”. O mandato de Carter já estava no final, e havia

grande tensão entre os Estados Unidos e o Irã por causa da crise dos reféns em Teerã. O crescente radicalismo no Irã se traduzia como um novo desafio aos Estados Unidos, tendo como preocupação os danos e instabilidades políticas que poderiam causar na região. A agressão mútua do Irã e Iraque poderiam se tornar mais perigosa para a segurança da Península Arábica e para o fluxo de petróleo do que a ameaça soviética (FUSER, 2005). Realmente, com a investida iraniana, o mercado de petróleo entrou em colapso.

Saddam Hussein havia tomado a estratégia de distanciamento da URSS com o objetivo de atrair apoio tecnológico e investimentos vindos do Ocidente. Entretanto, não abria mão do fornecimento de armas soviéticas. Preocupava-se em manter o Iraque à margem da Guerra Fria e projetar o poder do país na região, porém o conflito com os EUA era um dificultador nas relações entre o Iraque e as monarquias petroleiras do Golfo. O objetivo do ditador, ao promover o ataque contra o Irã, era uma guerra de curta duração, conquistando rapidamente a hegemonia regional. Entretanto, ele não previu que a superioridade da capacidade militar iraniana (FUSER, 2005).

Yergin (2010) descreve que logo no segundo dia do conflito, aviões iraquianos atacaram a refinaria iraniana de Abadã, a maior do mundo, e continuaram durante um mês causando danos graves à produção de petróleo iraniana, atacando portos e cidades ligadas à produção do óleo. Como contra-ataque, os iranianos estrangularam as exportações iraquianas através do golfo, atingindo suas instalações petrolíferas e persuadiram o governo da Síria, do partido Ba'ath rival, a cortar o oleoduto de exportação Kirkuk–Banias que permitia que o petróleo iraquiano chegasse ao mar mediterrâneo, deixando o Iraque com apenas um oleoduto na Turquia para exportar seu petróleo. As exportações iranianas diminuíram devido à guerra, mas as do Iraque quase zeraram. “Em seus estágios iniciais, a guerra Irã-Iraque tirou abruptamente do mercado quase quatro milhões de barris de petróleo por dia - 15% da produção total da Opep e 8% da demanda total do mundo livre.” (YERGIN, 2010, p. 806).

Deste modo, os preços aumentaram e o petróleo árabe atingiu seu maior valor até então: US\$ 42 o barril. O pânico e o acúmulo de estoque de petróleo aumentavam, pois não se podia prever se a produção dos dois países iria ser restabelecida. Havia um crescente incentivo para utilizar estes estoques, ao invés de continuar importando petróleo. O reino saudita estava aumentando sua produção, atingindo 900 mil barris diários, que era o limite sustentável de sua capacidade. Porém, esta quantidade significava somente um quarto da produção perdida no conflito. Outros países, tanto da Opep quanto de fora, também aumentaram suas produções, incentivando o uso dos estoques pelas companhias. Assim, a demanda por petróleo caiu e a produção da Opep em 1981 foi 27% menor que a de 1979, e a

menor desde 1970, inclusive. As taxas de juros internacionais registraram altas nunca antes vistas, em termos nominais e reais. A *Libor* tinha uma taxa de 16,77% em 1981, e a *prime rate* era de 18,83%, taxas que apresentaram recordes históricos. Os países desenvolvidos, neste ano, apresentaram taxas de crescimento muito baixas, até mesmo chegando em níveis negativos, devido ao protecionismo que implementam em suas economias (CAVALCANTI, 1998). Apesar da continuidade da guerra, em outubro de 1981 os exportadores chegaram ao acordo de reunificar o preço do barril em US\$ 34. Sobre este segundo choque do petróleo, o autor complementa:

Nenhum dos surtos de crescimento anteriores, numa indústria caracterizada por surtos de crescimento, podia ao menos se rivalizar com a magnitude e a loucura da febre que se instalou no final dos anos 1970 com o Segundo Choque do Petróleo. Foi o maior surto de crescimento de todos. Com o súbito aumento para 34 dólares o barril, o volume de dinheiro envolvido tornava insignificante qualquer coisa que já havia sido ganho ou gasto em negócios. As companhias petrolíferas reinvestiam seus lucros em novos negócios. [...] Era a idade de ouro dos empresários de petróleo independentes (YERGIN, 2010, p. 809).

Entretanto, a tecnologia e a engenharia se impuseram como uma alternativa ao petróleo, o que estabeleceu um preço máximo ao petróleo. A Exxon Corporation tinha a proposta de inserir no mercado o petróleo de xisto betuminoso nos Estados Unidos como alternativa ao petróleo árabe. A multinacional investia um bilhão de dólares no desenvolvimento de tecnologia para o aproveitamento deste combustível, acreditando ser a nova era da energia. Entretanto, o preço do petróleo começou a cair e em maio de 1982 a Exxon anunciou que encerrava a Colony Shale Oil Project (YERGIN, 2010).

Ainda de acordo conforme o autor, com o início da década de 1980 e a desaceleração da atividade econômica dos países, a demanda por petróleo também diminuiu. Os países industrializados estavam com muitas dívidas e em recessão, ou seja, em uma profunda crise econômica. Neste mesmo período, desenvolviam-se fontes alternativas de energia, como a nuclear e o gás natural, o que contribuía para a diminuição da demanda dos países por petróleo. Os hidrocarbonetos tiveram uma redução na participação nos mercados de energia dos países desenvolvidos, passando de 53% em 1978 para 43% em 1985.

Em 1983, no primeiro ano de recuperação econômica, o impacto da economia de energia e da substituição de combustíveis era evidente. O consumo de petróleo no mundo não comunista era de 45,7 milhões de barris por dia, quase seis milhões de barris a menos que o nível de 51,6 milhões/dia em 1979, quando se atingiu o pico de consumo. Assim, enquanto a demanda caía seis milhões de barris por dia entre 1979 e 1983, a produção extra-Opep aumentara quatro milhões de barris/dia. Além disso, as companhias de petróleo buscavam avidamente dispor dos tremendos estoques que haviam acumulado na previsão de um nível de demanda que nunca se materializou.

Essas três tendências - a queda na demanda, o crescimento ininterrupto da produção fora da Opep, a grande liberação dos estoques - reduziram a procura pelo petróleo da Opep em quase 13 milhões de barris/dia, uma queda de 43% em relação aos níveis de 1979! A revolução iraniana, seguida da guerra Irã-Iraque havia afetado seriamente a capacidade de exportação daqueles dois países. Mesmo assim, em vez da temida escassez, o que se viu de repente foi uma capacidade de produção muito maior que a demanda do mercado - em resumo, o aparecimento de maciço excedente de produção (YERGIN, 2010, p.810).

O cartel produtor de petróleo passava assim por dificuldades. Tinha duas opções para recuperar seu mercado: baixar sua produção para manter os preços reais ou baixar os preços de maneira artificial. Entretanto, os países-membros não eram favoráveis à ideia de baixar os preços, pois acreditavam que tal medida iria corromper a estrutura de preços e diminuir suas vantagens políticas e econômicas e sua influência. A solução então foi reduzir a produção diária, de 31 milhões de barris em 1979 para o limite de 18 milhões em 1982, com cotas individuais de produção estabelecidas para cada membro. Enquanto isso, todavia, o mercado continuava incerto. O Irã estava com vantagens sobre o Iraque na guerra e se tornava cada vez mais beligerante com a Arábia Saudita e outros países conservadores do Golfo. Além disso, em junho de 1982 Israel interveio diretamente no Líbano. O petróleo do mundo árabe, apesar de terem sido estabelecidas quotas de produção, continuava abundante e caro. Em março de 1983 os membros da Opep concordaram em cortar os preços em 15% (de US\$ 34 para US\$ 29 o barril) e restabelecer a cota de 17,5 milhões de barris por dia para o grupo (YERGIN, 2010).

Neste período, o *boom* do mercado de petróleo já tinha terminado e começava a declinar. Falências entre as companhias menores, contenções de despesas entre as maiores, diminuição na exploração norte-americana, abandono dos campos de petróleo por parte dos investidores, tudo isso demonstrava o grau de interdependência entre o sistema petrolífero e o sistema financeiro global. Um dos maiores exemplos históricos desta correlação foi o México, que em 1982 possuía uma dívida externa de mais de US\$ 84 bilhões devido à sua condição de potência emergente na produção do petróleo (YERGIN, 2010). Conforme Watkins [2016?] esta dívida se iniciou com os fundos disponíveis que os países exportadores de petróleo possuíam, e esta quantidade era mais do que poderiam usufruir. O excesso foi então canalizado para os bancos americanos e europeus ocidentais, conhecido como petrodólares. Os bancos, desta maneira, foram inundados com petrodólares e precisavam encontrar destino para esta enxurrada de dinheiro, para poderem ganhar receitas com juros. Os países subdesenvolvidos aproveitaram esta ampliação de dólares no mercado financeiro internacional, pegando empréstimos a baixas taxas de juros.

Países como o México, que era exportador de petróleo, não tiveram dificuldades em obter tais empréstimos, de acordo com o especialista. Além de possuir a receita das exportações de petróleo, o governo mexicano poderia pegar emprestado uma grande quantia de capital de investimentos de bancos internacionais. Com a abundância de fundos disponíveis, não havia necessidade de interromper os projetos de investimento mexicanos.

Watkins [2016?] acrescenta que, entretanto, em 1979 o Federal Reserve iniciou sua nova política monetária, com o propósito de conter a inflação ocasionada pelos altos custos do petróleo da década de 1970. Esta nova política era de contração monetária, não importando o que acontecesse com as taxas de juros. Devedores que tiveram seus empréstimos cedidos a taxas de juros ajustáveis ou flutuantes perceberam que seu pagamento de juros havia dobrado, e o México se encontrava nesta situação. As altas taxas de juros nos Estados Unidos também desencorajaram os investimentos e iniciaram uma recessão no país, o que se refletiu em uma desaceleração na economia do México. Além disso, as altas taxas de juros reais nos EUA incentivaram a compra de dólares, valorizando a moeda americana e fazendo com que a dívida mexicana em pesos aumentasse ainda mais.

O México não tinha condições de pagar esta dívida, nem dar o calote, pois isso poderia colapsar o sistema financeiro internacional. De acordo com Noda (2004),

A economia mexicana, tida como uma das mais promissoras na década de 1970 e detentoras de um estável crescimento anual de cerca de 6,5% sofreu uma forte oscilação negativa em um curtíssimo espaço de tempo. Mergulhada na crise da dívida externa da América Latina, agregando um débito de cerca de 85 bilhões de dólares, o México, assim como os demais países latino-americanos, se viu na pior recessão desde a década de 1930 (NODA, 2004).

Os nove maiores bancos americanos haviam emprestado ao país o equivalente a 44% do total de seus capitais. As reservas cambiais mexicanas haviam se esgotado. Em um acordo com o governo estadunidense, conseguiram fechar um pacote multibilionário de empréstimos e créditos e compras antecipadas de petróleo mexicano para a reserva estratégica americana, pois a grande potência também estava preocupada com o colapso financeiro de seus bancos. O plano constituía em uma moratória, ou uma “rolagem da dívida”. Este drama mexicano em 1982 serviu para evidenciar que o surto de expansão do petróleo no mundo estava acabado, e que a crise mundial do petróleo cedia lugar à crise mundial da dívida externa (YERGIN, 2010). Os países subdesenvolvidos não pertencentes à Opep também haviam contraído uma grande dívida com os nove maiores bancos dos Estados Unidos. Em dezembro de 1979

possuíam obrigações equivalentes a 182% do capital destas instituições, passando para 223% em junho de 1982 (CAVALCANTI, 1998).

Em meados da década de 1980, os países industrializados começavam a lentamente reestruturar suas economias após as crises, se adaptando aos altos preços do petróleo e estabilizando seu consumo, pois o produto ainda era fonte de incertezas (YERGIN, 2010). Após os dois choques petrolíferos, os países ocidentais foram obrigados a adotar medidas que diminuíssem sua dependência ao petróleo árabe. Realizaram políticas de conservação de energia e adotaram fontes alternativas, como a energia nuclear e o gás natural, para reduzir o consumo do óleo negro. Começou-se a explorar outras áreas ricas no produto, para diminuir a importação do Oriente Médio, como o Mar do Norte, o Alasca e a África Ocidental (FUSER, 2005).

De acordo com Yergin (2010), os lucros dos produtores de petróleo do cartel eram decrescentes, e as suas fraudes em relação às quotas se tornavam mais evidentes. O esquema que executavam para recuperar seus retornos era incrementar o volume e dar descontos, já que não conseguiam aumentar os preços do barril. Os não-membros, por sua vez, para superar este ganho extra dos lucros do cartel, começaram a barganhar seu petróleo em troca de armamentos, aviões e produtos industriais. Estes métodos utilizados acabaram por superabastecer o mercado mundial de petróleo.

Tendo se tornado ainda mais restritivo em 1984, o novo sistema de quotas da Opep não estava funcionando. A produção dos países não pertencentes à Opep continuava a aumentar; o carvão, a energia nuclear e o gás natural continuavam a tomar mercados do petróleo; e a economia de combustível seguia sufocando a demanda (YERGIN, 2010, p. 841).

Acrescentando a estes fatores a recessão mundial que se aprofundava no início da década de 1980, cujo papel era inibir ainda mais a demanda por petróleo, o resultado não poderia ser outro além da queda do preço do barril (FUSER, 2005). Em 1985 a West Texas Intermediate reduziu o preço máximo do petróleo em 70% (US\$ 31,75 o barril). Alguns cargueiros do Golfo Pérsico chegaram a comercializar o barril por US\$ 6 (YERGIN, 2010). Em março de 1986, o preço do petróleo atingiu seu patamar mais baixo, em torno de US\$ 10 por barril, sofrendo uma queda brusca desde novembro do ano anterior, quando foi cotado a quase US\$ 31 (CRUDE..., 2016).

Diferentemente dos dois choques anteriores, o de 1973 e o de 1979, em que as perdas marginais e as suspensões no fornecimento levaram os preços às alturas, o terceiro choque do petróleo fez com que a variação real no volume também fosse marginal.

A produção da Opep no início de 1986 variou em cerca de 17,8 milhões de barris diários, apenas 9% acima da produção de 1985 e quase no mesmo nível da quota de 1983. Este aumento nos volumes, juntamente ao compromisso com a participação no mercado, derrubou os preços a níveis baixíssimos. Desta vez, diferentemente dos dois outros choques, quem competia eram os exportadores por mercado, e não os consumidores por suprimentos. A questão da segurança energética novamente surgiu, tanto em relação à demanda para os exportadores (isto é, se eles teriam acesso garantido aos mercados), quanto em relação aos importadores (se eles teriam acesso aos recursos, uma nova preocupação que surgia no mercado petrolífero). “Não se tratava apenas do colapso dos preços; eles estavam também fora de controle” (YERGIN, 2010, p. 849). Não mais havia um preço oficial da Opep, uma vez que os próprios membros do cartel disputavam mercados entre si, oferecendo vários descontos aos compradores.

E não era somente entre os membros do cartel que essa intensificação da produção ocorreu. No Mar do Norte, na China e no Omã, as extrações explodiram. O México havia começado a exportar mais de 1 milhão de barris por dia do complexo de Cantarell em 1981. Os Estados Unidos, inclusive, estavam produzindo mais petróleo, apesar dos campos com um custo elevado. Logo no início, quando os preços recém tinham começado a cair, em agosto de 1985, a Arábia Saudita reduziu sua produção de 10 milhões de barris por dia para 2,3 milhões, em uma tentativa de manter os valores. Entretanto, como estavam perdendo mercados, resolveram aderir à maior exploração do recurso (GOLD, 2015).

Foi somente quando os Estados Unidos pressionaram o reino saudita que este reconsiderou sua participação na batalha pela participação no mercado de petróleo. A Opep, em um acordo entre seus membros, decidiu então aumentar os preços do barril, e, ajustados à taxa de inflação, eles retornaram aos mesmos níveis de logo antes do Segundo Choque, algo em torno de US\$ 18. Este preço consensual era considerado competitivo, se comparado com outras fontes de energia e com o mercado de consumo. Era inclusive benéfico para um maior crescimento e uma menor inflação dos Estados Unidos, apesar de também significar prejuízos em suas indústrias energéticas. Os ganhos eram mais importantes do que as perdas, mas até certo ponto: quando o transtorno do sistema financeiro e o desconforto dos políticos comessem a anular os benefícios. O preço do petróleo, para alívio dos agentes, deveria cair para até US\$ 15. Todavia, a Arábia Saudita dava sinais de que sua produção aumentaria, ofertando mais petróleo no mercado, e em julho de 1986, o preço do seu óleo bruto caiu para US\$ 7 o barril, juntamente com o do restante do Golfo Pérsico (YERGIN, 2010).

Os países da Opep já estavam exaustos com este sistema de divisão de mercado, pois a estratégia poderia incentivar fortes medidas protecionistas nos Estados consumidores, como a implementação de tarifas de importação de petróleo, principalmente nos EUA e no Japão. O cartel resolveu aumentar novamente os preços para US\$ 18 em dezembro de 1986, através do sistema de quotas, com o qual até o Irã concordou. Os países não membros também apoiaram. O México reduziria sua produção, a Noruega desaceleraria o crescimento de seus volumes e a URSS prometeu reduzir a produção em cem mil barris diários (YERGIN, 2010).

Entretanto, dentro da Opep, o acordo valeu somente para doze membros, pois de nenhuma negociação que o Irã participasse era possível para o Iraque participar, nem em relação às quotas, nem ao volume de sua produção. Apesar deste desacordo com um membro, e das pressões do mercado, a negociação funcionou, embora com considerável remontagem, e resistiu durante os anos de 1987, 1988 e 1989. A redução do preço incentivou o crescimento econômico industrial, iniciado quatro anos antes, a queda da inflação, e auxiliou na superação da longa crise dos anos 1980. Todavia, existia ainda a ameaça política causada pelo conflito Irã-Iraque, que poderia expandir seus alcances e prejudicar a produção de petróleo e de suprimentos na região, além de colocar em risco a própria segurança dos Estados petrolíferos.

No ano de 1987, o conflito se internacionalizou, abrangendo os demais países árabes do Golfo, além das duas superpotências. Ataques iranianos ocorreram contra o Kuwait, que auxiliava o Iraque na região da Península de Fao. Deste modo, diversos países voltaram suas atenções para o Golfo, a fim de tentar garantir a segurança e a liberdade de navegação naquela região. O Irã estava enfraquecido e isolado politicamente, e comunicou às Nações Unidas sua disposição em dar apoio a um cessar-fogo. Esse foi posto em prática em 20 de agosto de 1988, com o reinício imediato de carregamentos simbólicos de petróleo iraquiano de seus portos no Golfo (YERGIN, 2010).

2.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste capítulo buscou-se fornecer as bases para demonstrar a importância geopolítica do petróleo e o caráter estratégico que grandes áreas produtoras adquiriram com o desenvolvimento da industrialização e da maior dependência do recurso. Além disso, apresentou o papel da especulação sobre as oscilações dos preços e como as economias dos países reagem a tais mudanças. O capítulo a seguir aborda os mesmos preceitos, porém em uma continuação cronológica.

3 INSTABILIDADE NAS DÉCADAS DE 1990 E 2000: CONFLITOS E CRISES

Este capítulo está dividido em seções cronológicas. Na primeira, é discutido como a Guerra do Golfo influenciou no aumento do preço do barril, e depois, como o petróleo, durante grande parte da década de 1990, recebeu uma menor preocupação quanto aos seus preços, uma vez que estes se mantiveram baixos. A crise asiática no final da década causou uma profunda retração econômica nos mercados emergentes, o que fez com que a demanda por petróleo diminuísse, reduzindo seu preço. Tantas oscilações fizeram com que os agentes passassem a se preocuparem cada vez menos com a segurança energética.

Na segunda seção, são abordados os eventos da década de 2000 que foram determinantes para a grande oscilação, com trajetória ascendente, no preço do barril. Os principais pontos abordados são a guerra travada pelos Estados Unidos no “combate ao terrorismo”; os embargos impostos pela grande potência aos países que são considerados inimigos, como o Irã e o Iraque; a maior demanda por energia dos países tanto desenvolvidos quanto emergentes; e os conflitos no mundo árabe.

A terceira seção faz uma breve análise da situação recente, explicando o porquê de o preço do barril ter caído tanto nos últimos anos. As questões abordadas são o aumento da produção norte-americana de derivados, em função dos investimentos em xisto; e a diminuição no crescimento das economias dos países europeus e o menor crescimento dos emergentes, principalmente da China. Finalmente, na quarta parte, é feita uma relação das principais possibilidades futuras para o petróleo, tanto em relação a reservas, como em relação a preços e também sobre sua utilização.

3.1 GUERRA DO GOLFO E SANÇÕES AO IRAQUE

1989 havia sido o *annus mirabilis* – o ano do milagre – no qual a ordem internacional havia sido refeita. O confronto Oriente-Occidente estava terminado, o Muro de Berlim havia caído, o Japão era reconhecido como a força das finanças mundiais e os conflitos do futuro se tornariam competições globais por dinheiro e por mercados, pondo “um fim à história”. Entretanto, a conjuntura do mercado de petróleo, em termos econômicos, assemelhava-se muito menos ao início da década de 1980 do que ao início da de 1970, que havia montado o cenário para o choque de 1973. A produção mundial do produto estava diminuindo, enquanto a demanda pelo produto aumentava. A produção norte-americana, entre 1986 e 1990, se encontrava na casa dos dois milhões de barris diários. Este número ainda era maior do que a

produção individual de 10 dos 13 países da Opep em 1989. As importações de petróleo da grande potência estavam em seu nível mais alto e continuavam subindo, assim como a dependência mundial pelo Golfo Pérsico (YERGIN, 2010).

A situação no Iraque no início da década de 1990 estava delicada. O país não conseguia recursos suficientes de suas exportações de petróleo para superar a crise econômica e avançar com a reconstrução da guerra contra o Irã, encerrada em 1988, apesar de que estava alcançando os níveis de produção anteriores a esta guerra. O governo iraquiano possuía grandes dívidas com a Arábia Saudita e com o Kuwait, as quais não conseguia pagar.

Em maio de 1990, o barril do petróleo valia US\$ 17, porém o valor mínimo necessário para o país lucrar era US\$ 25. Saddam Hussein tentou negociar o perdão da dívida com a Arábia Saudita e Kuwait, alegando que os financiamentos haviam sido realizados para o bem maior da Liga Árabe, que era a defesa da região contra a ameaça da potência regional persa, o Irã. Todavia, os vizinhos recusaram a remissão, e o Iraque necessitava renegociar os prazos de pagamento com os credores europeus. Os Estados Unidos não atenderam as solicitações iraquianas, pois George Bush via com olhos duvidosos a política de Hussein. Apesar da pausa nas diferenças entre os dois países, com o apoio dos EUA na guerra contra o Irã, e o Iraque ser um grande importador dos produtos agrícolas estadunidenses, havia ainda receio da potência ocidental. Bush desconfiava dos planos de Saddam de promover o Iraque à principal potência na região e de tentar atrair tecnologia suficiente para desenvolver uma bomba atômica, além da posição anti-israelense que o ditador insistia em assumir (FUSER, 2005). Além disso, Halliday (2005) explica que o Iraque tinha um grande interesse na disputa pela liderança do mundo árabe, o que explica os conflitos frequentes entre o país e outras potências regionais, como o Egito e o Irã.

Em 2 de agosto de 1990, as tropas de Saddam Hussein iniciaram a invasão do Kuwait, dando continuidade à ambição do ditador iraquiano de dominar o mundo árabe, ganhar a hegemonia no Golfo Pérsico para fazer do país uma potência petrolífera dominante e transformar o Grande Iraque em uma potência militar global. Os Estados Unidos não admitiriam uma agressão contra o Kuwait, e as Nações Unidas impuseram um embargo para frustrar a agressão. O Kuwait, entretanto, não era o que importava ao Iraque. A disposição das tropas e a maneira como estavam sendo reabastecidas sugeria a posição de lançar-se em direção aos campos petrolíferos da Arábia Saudita. Temerosos, muitos países enviaram rapidamente forças militares para a região, e as forças americanas eram de longe as mais numerosas (YERGIN, 2010). Juntos, o Iraque e o Kuwait detinham o poder de 20% das reservas mundiais de petróleo. Anexando o Kuwait, Saddam, além de se apoderar desta

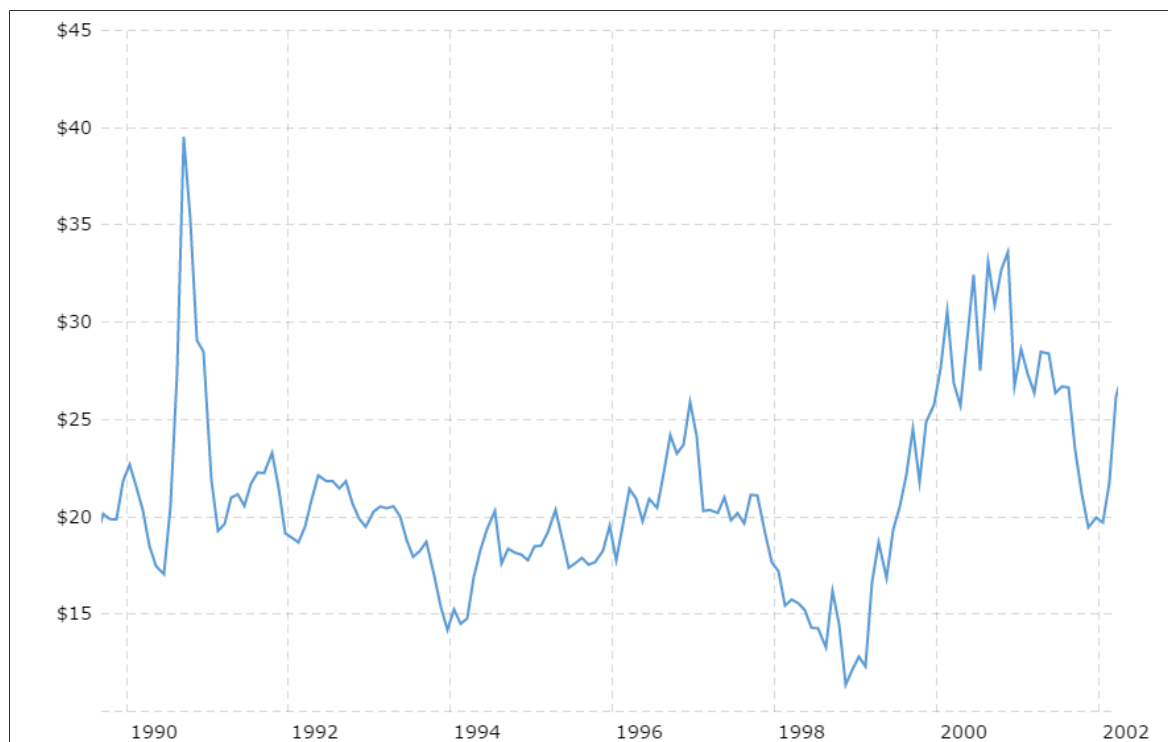
proporção, controlaria diretamente 20% da produção da Opep. O país poderia então se tornar a potência dominante do petróleo, exercendo grande influência sobre preços e condições de fornecimento do ouro negro. Isto seria motivo de grandes preocupações para os EUA e seus aliados na região, visto que a mudança na correlação de forças no Oriente Médio resultaria em grandes prejuízos para eles, principalmente para Israel (FUSER, 2005).

Esse foi o real significado do “fator petróleo”, a forma pela qual o petróleo seria traduzido em dinheiro e em poder: político, econômico e militar.

Devido à interrupção e ao embargo, quatro milhões de barris de petróleo foram abruptamente retirados do mercado mundial de petróleo – na mesma escala da crise de 1973 e 1979. A incerteza era muito alta, e, como em crises anteriores, as empresas e os consumidores inseguros acumularam estoques. Os preços do petróleo dispararam e os mercados financeiros desabaram. [...] A Opep foi lançada em sua pior crise com a invasão do Iraque. Era agora a soberania e a sobrevivência nacional e não apenas o preço do petróleo que estavam em jogo e a maioria dos membros explicitamente deu um passo à frente para aumentar a produção para compensar a produção perdida do Kuwait e do Iraque, isolando ainda mais o Iraque e, com efeito, enfatizando seu compromisso com um novo alinhamento com os seus clientes. O aumento acentuado dos preços foi motivado não só pela perda do suprimento em si, mas também pela ansiedade, medo e expectativa de conflito. Quando, no final de setembro de 1990, Hussein ameaçou destruir o sistema de fornecimento de petróleo saudita, os preços nos mercados futuros saltaram para 40 dólares o barril, mais que o dobro que eram antes da crise (YERGIN, 2010, p. 868).

Apesar da exigência do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 2 de agosto de retirada imediata dos iraquianos do Kuwait e, quatro dias mais tarde, da imposição de um embargo militar e financeiro ao Iraque, as tropas de Hussein não recuaram. Bush então, no início de novembro, duplicou as forças americanas no Golfo. Como novamente não houve menção de retirada iraquiana, os Estados Unidos e aliados (mais de 30 países, desde ocidentais até a Síria e o Egito) acabaram atacando o país em janeiro de 1991, enviando 700 aeronaves da coalizão para bombardear Bagdá.

A escala e o impacto deste ataque aéreo foram o estopim para a reação no mercado do petróleo. O preço subiu US\$ 10 por barril, passando de US\$ 30 para US\$ 40. Poucas horas depois, no entanto, caiu US\$ 20 (de volta aos US\$ 20 o barril, abaixo do que estava antes da invasão). Enquanto isso, o abastecimento continuava a subir e a demanda a cair, ainda mais com o final do pico do inverno no hemisfério norte. Este ataque aéreo destruiu a capacidade do Iraque de executar qualquer lesão grave no sistema de abastecimento da Arábia Saudita e o medo estava agora voltado ao preço do petróleo (YERGIN, 2010).



Fonte: Macrotrends - Crude Oil Prices - 70 Year Historical Chart (2016)

Pela primeira vez na história, os Estados Unidos travaram uma guerra total contra um país árabe, fazendo uso de todos os meios necessários para defender seu “interesse vital” na região do Golfo. Além disso, foi o primeiro conflito militar internacional que teve como epicentro o controle de reservas petrolíferas. Isto porque ocorreu a ocupação de um país que guardava em seu subsolo 10% das reservas mundiais de petróleo, e em uma região dona de cerca de 2/3 dos estoques da fonte energética (FUSER, 2005).

Com o passar dos dias, as tropas iraquianas se enfraqueciam, até que se retiraram definitivamente do Kuwait, mas não sem deixar o país literalmente em chamas. Mais de 600 poços de petróleo foram incendiados, e com eles, mais de seis milhões de barris por dia (muito mais do que as importações diárias de petróleo do Japão) (YERGIN, 2010).

As sanções impostas ao Iraque pelos EUA fizeram o país empobrecer, levaram sua população à miséria e aumentaram os índices de analfabetismo e desemprego. Os iraquianos estavam somente autorizados a importar alimentos e remédios, e nada que pudesse dar chance de virar utensílio para armas químicas ou biológicas. Entretanto, tais sanções acabaram se tornando ineficazes devido ao contrabando e às restrições ao fluxo de petróleo iraquiano no mercado internacional, bem como restrições à exploração das reservas naquele país. Em um momento em que a oferta do óleo estava bastante abaixo da demanda, as sanções se tornaram prejudiciais aos próprios Estados Unidos. Em 1996, portanto, o Iraque selou um acordo com o

Conselho de Segurança da ONU para retomar suas exportações de petróleo. Em um programa que ficou conhecido como “Petróleo por comida”², o país foi autorizado a vender, a cada seis meses, US\$ 2 bilhões em combustível, para conseguir importar suprimentos para sua população. As Nações Unidas controlavam as transações e os produtos a serem importados, além de separar uma receita de 30% para reparar o Kuwait dos danos de guerra (FUSER, 2005).

Em geral, apesar da interrupção em 1990 e 1991, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela grande contração no preço do barril do petróleo e permanência em níveis baixos. O período foi caracterizado pela grande oferta do produto, que empurrou os preços para baixo, fazendo-os cair quase 60% na década de 80 e acumular uma queda de 9% na década de 90 (LOSEKANN; PERIARD, 2013).

Durante a maior parte da década de 1990, o petróleo retrocedeu como questão de grande importância estratégica. O fornecimento petrolífero era abundante e os preços eram baixos. Muita atenção foi dada ao “milagre econômico da Ásia Oriental” e ao que começava a se delinear por trás dele, o papel ascendente da China na economia mundial. Mas, em 1997-98, o milagre econômico na Ásia, permeado por flutuações de moeda e especulação imobiliária, superaqueceu e, começando pela Tailândia, explodiu. O resultado foi um contágio letal - uma epidemia de pânico financeiro, falências e inadimplências, e uma profunda retração econômica que se espalhou por toda a Ásia (exceto China e Índia) e, em seguida, engolfou outros mercados emergentes, incluindo a Rússia e o Brasil. O colapso do PIB levou a uma queda na demanda por petróleo mesmo com o aumento de oferta. Como resultado, os tanques de armazenamento eram enchidos até transbordar, até que não houvesse mais lugar para armazenar o petróleo adicional (YERGIN, 2010, p. 876).

No final de 1998, como em 1986, o preço do petróleo caiu para até US\$ 10 o barril. Esta queda diminuiu o foco no petróleo, assim como as preocupações com segurança energética. Assumiu-se que o recurso se manteria barato e estaria prontamente acessível por muitos anos (YERGIN, 2010).

3.2 ANOS 2000: A GRANDE ALTA DOS PREÇOS

Três acontecimentos reverteram a situação de tranquilidade e preços acessíveis aos importadores. Em primeiro lugar, o ataque ao complexo do World Trade Center em 2001 levou os Estados Unidos à Guerra ao Terror no Afeganistão, país onde a Al-Qaeda operava, e no Iraque, em uma continuação da Guerra do Golfo de 1990. Saddam Hussein havia permanecido no poder, apesar de controlado por sanções econômicas, pelo isolamento, por inspeções e pela zona de restrição aérea ao norte do país. Apesar de toda cautela por parte

dos aliados ocidentais, os americanos ainda argumentavam que o ditador mantinha relações com a Al-Qaeda e que ainda estava desenvolvendo secretamente armas de destruição em massa. A Guerra do Iraque propriamente dita iniciou em março de 2003, com a Inglaterra como principal parceiro dos EUA (YERGIN, 2010).

De acordo com o Relatório Baker³, o Iraque vinha se fortalecendo, enquanto no restante do mundo a oferta de petróleo estava se contraindo. O país se beneficiava da crescente vulnerabilidade ocidental, e principalmente norte-americana, sobre o petróleo árabe. De acordo com o relatório, o Iraque teria se tornado um *swing producer*⁴, ou seja, possuía a capacidade de influenciar os preços e volumes de produção do petróleo, do mesmo modo que a Arábia Saudita já o fazia. Esta situação representaria um problema à segurança energética dos EUA e ao *status quo* da região do Golfo. O governo americano não poderia solucionar esta questão através de maiores restrições às exportações iraquianas, pois a maior rigidez nas sanções poderia provocar a ameaça de Hussein aos países vizinhos e, logo, atingir os interesses dos EUA sobre o petróleo. A tensão nos países árabes certamente acarretaria transtornos no mercado petrolífero, o que faria seus preços aumentarem. O fator petróleo foi decisivo na investida americana contra o Iraque em 2003 (FUSER, 2005). Havia uma necessidade de os Estados Unidos atacarem o Iraque, porque a potência enfrentava problemas internos, como a crise econômica, a demanda por gastos armamentistas e a perda de credibilidade frente a Guerra ao Terror. Havia ainda as dificuldades geopolíticas na Ásia Central, no Irã e no Afeganistão (VISENTINI, 2012).

Porém, de acordo com Yergin (2010), os acontecimentos não seguiram como planejados. Saddam desapareceu; nenhuma arma de destruição em massa foi encontrada; rebeliões entre xiitas e sauditas ocorreram por todo o país, instaurando uma guerra civil. Enquanto isso, a Líbia renunciava às armas nucleares em dezembro de 2003 e voltava a se incorporar à comunidade internacional. Abu Dhabi, Catar e Dubai, por sua vez, tornaram-se pontos de destaque como centros do sistema financeiro, devido ao grande acúmulo de

3 O Relatório Baker foi desenvolvido em 2001, com o nome de “Strategic Energy Policy – Challenges for the 21st Century”, pelo centro de estudos montado por James Baker, secretário de Estado do governo de Bush pai. A unidade se chama James Baker III Institute for Public Policy e está vinculada à Universidade Rice, em Houston. O Relatório originou-se da parceria entre o instituto e o Council on Foreign Relations (CFR), de Washington e serviu de base para a elaboração da política do governo Bush para o setor político-energético.

4 *Swing producer*: país ou cartel que possui larga capacidade de produção de alguma commodity e que muda a sua produção para satisfazer as flutuações da demanda do mercado. A Arábia Saudita é vista como maior *swing producer* de petróleo do mundo, já que deliberadamente limita ou expande a sua produção de petróleo em uma tentativa de manter a oferta e a procura equilibradas, proporcionando proteção contra crises no curto e médio prazos.

riquezas vindas do petróleo e gás natural que produziam. Na crise bancária ocorrida em 2008, estes países auxiliaram com o financiamento das instituições creditícias do ocidente.

O segundo aspecto que o autor aponta é que a globalização também auxiliou na instabilidade petrolífera. Entre 1990 e 2009, a economia global quase triplicou de tamanho. Neste último ano, os países periféricos geravam uma parte considerável do PIB mundial. Os agentes voltaram a considerar o petróleo algo mais importante. A elevada demanda por petróleo veio em grande parte do rápido crescimento econômico da China, Índia e Oriente Médio. Dentre os anos citados, se destacam 2003 a 2007, quando se teve o melhor crescimento econômico mundial em uma geração. Costa (2012) acrescenta que, entre estes anos, somando 2008, a capacidade de aumento da produção de curto prazo diminuiu, ao mesmo tempo que a expansão econômica nos “países emergentes”, particularmente os BRICS, foi muito rápida.

O terceiro ponto é justamente este súbito crescimento da demanda por petróleo, pois tanto produtores quanto consumidores encontravam-se desprevenidos. Até então, os investimentos em novos fornecedores de óleo e gás eram baixos, e a demanda por combustível aumentava lentamente. A partir do início do século XXI, houve grande desequilíbrio entre oferta e demanda de petróleo, e a geopolítica restringiu ainda mais a oferta (YERGIN, 2010). Entre 2002 e 2003, gangues criminosas e milícias prejudicavam a produção na Nigéria (um dos principais fornecedores mundiais) em até 40%, além de que greves obrigaram a ExxonMobil a trancar a produção de 780 mil barris diários. Neste período, a produção na Venezuela diminuía, com o controle político sobre a indústria e a nacionalização de empresas por Hugo Chávez, que fez o país cortar as vendas de petróleo para a ExxonMobil. O mesmo ocorria no México, onde políticas internas restringiram os investimentos necessários. O Iraque ainda não havia recuperado a produção em seus campos de petróleo, após a guerra, e no final de março, sabotadores explodiram os dois principais oleodutos utilizados na exportação de petróleo, suprimindo cerca de 300 mil barris diários das exportações iraquianas (SMITH, 2009). A Rússia vira sua produção despencar na década de 1990, com o colapso da União Soviética. Mas ela começou a se recuperar no final da década, e logo cresceu em 50% na metade dos anos 2000. Em alguns períodos, inclusive, foi o maior produtor de petróleo do mundo, à frente da Arábia Saudita (YERGIN, 2010). Porém, nos últimos anos a sua produção está estabilizada, aumentando lentamente, conforme dados da EIA (2016).

Visentini (2012) aponta que o aumento dos preços foi ainda ampliado devido ao programa nuclear do Irã, que contava com tecnologias de enriquecimento de combustível.

Logo após a Guerra do Golfo, o país tornou-se alvo de pressões ocidentais devido à sua procura por apoio ao seu projeto nuclear. Conforme Yergin (2010), o argumento do Irã é que buscava apenas desenvolver um poderio nuclear civil. Entretanto, tanto os Estados Unidos quanto a União Europeia haviam observado que o Irã possui as segundas maiores reservas de gás natural, e acreditavam que seu objetivo real era obter armas nucleares, o que poderia acarretar uma corrida nuclear pelo Oriente Médio e ameaçar o fluxo de petróleo através do Estreito de Hormuz.

Outro fator destacado por este autor que conduzia ao aumento do preço do petróleo era o maior gasto com desenvolvimento de novos campos de petróleo e gás natural, que mais que duplicaram entre 2004 e 2008. Estes gastos ocorreram devido à escassez de pessoas qualificadas, de equipamentos e de capacidade de engenharia, combinados à elevação do preço de outras commodities, como o aço, necessárias para a construção de plataformas de petróleo *offshore* e outros equipamentos.

Além disso, a inelasticidade da demanda faz com que esta não seja tão sensível aos preços, e este fato contribui para manter o patamar dos preços elevados. A demanda mundial de petróleo reagiu inesperadamente diante da alta dos preços desde 2003, mantendo uma taxa média de crescimento real de 1,1% a.a. entre 2002 e 2007, menos sensível ainda do que se esperava. Os fatores que tornam a demanda inelástica é a baixa capacidade de substituição de derivados de petróleo, e de utilização de outros equipamentos que consomem menos combustível, ou seja, uma estagnação estrutural e tecnológica (BRASIL; EPE, 2008).

Houve grande oscilação dos preços em 2008, e a volatilidade dos preços do petróleo se apresenta bastante elevada desde então, devido à inelasticidade das curvas de demanda e de oferta. No lado da demanda, este comportamento ocorre por levar bastante tempo até o estoque (reservas) ser alterado. Do lado da oferta também leva tempo para aumentar a capacidade produtiva dos campos de petróleo. Ou seja, a volatilidade dos preços é um incentivo para manter estoques elevados. Entretanto, como os estoques são caros de se manter, este fator não é suficiente para compensar integralmente a rigidez da oferta e da demanda. Enquanto o preço entre 2004 e 2008 subia, a oferta entre não-membros da Opep sofria sua primeira queda significativa desde 1973, e a demanda global apresentava um aumento jamais visto (SMITH, 2009). A partir de 2003, com o aumento contínuo dos preços, as expectativas tornaram-se relevantes. Houve apreensão generalizada nos mercados financeiros de que as demandas chinesa e indiana aumentassem de forma drástica e que ocorresse uma escassez de petróleo (YERGIN, 2010).

Todos estes fatores então elevaram os preços do petróleo de US\$ 40, atingidos no início da Guerra do Iraque, com uma tendência ascendente nos anos consecutivos, até chegar em seu pico histórico de US\$ 139,96 em junho de 2008 (CRUDE..., 2016).

Então, a demanda começou a perder sua força.

As crises do petróleo dos anos 1970 foram deflagradas por acontecimentos específicos – a Guerra de Yom Kippur, em 1973, e o embargo do petróleo árabe, e a revolução islâmica no Irã, em 1978-1979. Desta vez foi diferente, pois não houve um único acontecimento dramático (YERGIN, 2010, p. 884).

As expectativas criaram uma bolha, dado que os preços estavam distantes de forma crescente dos fundamentos. A nova crise foi acentuada pelo estouro da bolha de crédito nos setores bancários e hipotecários em 2008.

Antes da crise financeira global de 2008, havia uma baixíssima capacidade excedente da produção diária de petróleo mundial, que girava em torno de 1 milhão de barris. Esta baixa capacidade gerava muitas preocupações com o risco de não se conseguir abastecer toda a demanda, pois o crescimento econômico mundial movia-se a taxas elevadas. De certo modo, a crise financeira internacional, com a consequente contração econômica, amenizou esta preocupação, diminuindo a necessidade de combustível e aumentando os preços do barril (QUEIROZ, 2011).

Entre o início de 2002 e metade de 2008, o preço do petróleo tipo Brent cresceu 584% em valores nominais, com o preço do barril saltando de US\$ 19,71 para o pico histórico já citado (CRUDE..., 2016). Meio ano depois, o preço declinou bastante, mais de 150% (em janeiro de 2009, o barril estava cotado a US\$ 41,73), o que incentivou ainda mais a incerteza sobre o comportamento para o longo prazo (EPE, 2008).

Entre os anos de 2002 e 2007, observou-se uma ascensão dos preços, mas de forma progressiva, e nunca superando o valor máximo de 1979 (não considerando o ajuste da inflação atual para esta comparação). Durante todo este período, o barril subiu de US\$ 20 para US\$ 96. Já em 2008, em apenas seis meses o preço pulou de US\$ 96 para quase US\$ 140. Os motivos para esta nova crise petroleira foram políticos (como os já citados na Venezuela, no Iraque e na Nigéria), mas o catalisador foi a explosão da demanda dos países emergentes e dos agentes financeiros, estes últimos investindo solidamente nas matérias-primas e no petróleo para compensar a queda das bolsas e do valor do dólar. Além disso, ainda houve o risco da escassez, que pôs os agentes em dúvida quanto ao suprimento futuro, uma vez que o

consumo nos países desenvolvidos não diminuía, ao contrário dos estoques estratégicos e das reservas (TERCEIRA CRISE..., 2008).

Entre 2008 e 2011, podemos destacar duas fases para o comportamento dos preços do petróleo. Entre 2008 e 2009, houve uma queda dos preços devido aos resultados da crise do *subprime*, que contagiou a economia global e causou uma recessão nos países. Os preços do petróleo caíram para a casa dos US\$ 40. Depois, no período 2010-2011 houve uma recuperação devido ao fim da recessão dos Estados Unidos na metade de 2009. Então, o preço das *commodities* voltou a subir, e o petróleo atingiu o segundo pico em abril de 2011 (US\$ 113,39). Após este período, o produto sofreu variações leves em seu preço, e a oferta se encontrava em equilíbrio com a demanda (FRAQUELLI, 2011).

As turbulências no mundo árabe a partir do final de 2010 também atingiram o mercado do petróleo, especialmente após o agravamento da crise na Líbia, onde movimentações tiraram o ditador Muammar Kadhafí do poder. O país é integrante da Opep e sua produção de petróleo fica em torno de 1,5 milhão de barris diários. Novamente a incerteza dos agentes econômicos influenciou a situação, devido à variável geopolítica, pois a crise poderia alcançar os outros países produtores vizinhos. Desse modo, houve um aumento no volume dos contratos futuros comercializados, fazendo com que a especulação agravasse o preço à vista do óleo. Esta nova alta nos preços acabou por gerar uma maior inflação e a diminuição do reaquecimento da economia, o que foi prejudicial para os países importadores de petróleo, que começavam a sair da recessão de 2008 (QUEIROZ, 2011).

Em 2012, o embargo euro-americano ao Irã somou-se à alta nos preços do petróleo. Esta alta se deveu à exclusão de parte do produto iraniano do mercado, pois suas exportações caíram para seu nível mais baixo desde 1986 (para cerca de 1,5 milhão de barris por dia, sendo que em 2011 eram 2,5 milhões diários) (COSTA, 2012). O motivo das sanções foi a tentativa de desencorajar o abandono ao programa nuclear iraniano. Além disso, os EUA possuem uma inquietação histórica em relação ao Irã devido à sua posição estratégica. O país possui acesso ao mar, serve como canal de escoamento de gás do Turcomenistão e da Sibéria e é o caminho para um dos únicos oleodutos que ligam a Ásia Central aos outros países. Além de estar localizado em um ponto privilegiado e sem contar as reservas gigantescas de petróleo que possui, tem influência sobre o Afeganistão e boas relações com a Rússia, cujo interesse em manter influência na Ásia Central é grande. O Irã é considerado pelos Estados Unidos o melhor trajeto para o escoamento rentável e seguro do petróleo e gás da Ásia Central (VISENTINI, 2012).

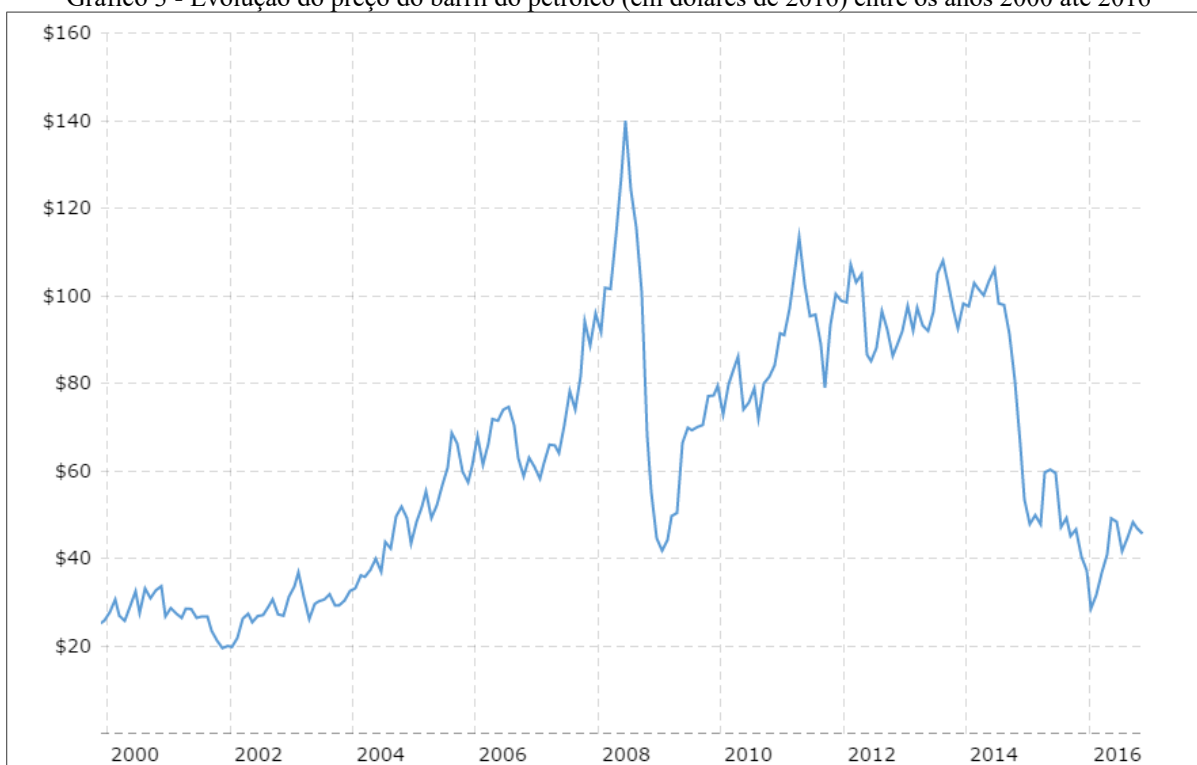
As sanções de 2012 afetaram o investimento no setor petrolífero, pois resultaram no cancelamento de novos projetos por companhias estrangeiras e impactaram também os projetos em andamento. A produção no país caiu drasticamente, pois o embargo de 2012 foi consideravelmente mais severo do que os quatro anteriores, impostos pelas Nações Unidas. Desta vez, as medidas americanas e europeias proibiram o investimento em larga escala no setor de petróleo e gás iraniano, impediram seu acesso a fontes financeiras europeias e norte-americanas, cortaram seguros europeus ao óleo iraniano e afetaram o Banco Central do país, que o Irã utiliza para facilitar seus negócios petrolíferos. A proibição da UE sobre os seguros criou incerteza nas refinarias, pois estas não tinham como saber se seriam capazes de obter seguro para suas produções. O Irã continuou a ser o segundo maior produtor de petróleo bruto da Opep, mas em 2012 havia superado a produção do Iraque por uma pequena margem. Em agosto de 2012, sua produção mensal caiu abaixo da do Iraque pela primeira vez desde 1989 (EIA, 2013). A Arábia Saudita tentou injetar no mercado internacional mais petróleo bruto, porém não é fácil substituir a produção de petróleo do Irã.

3.3 ATUAL CONJUNTURA

No presente momento a indústria do petróleo está passando por uma recessão, com baixos lucros para as empresas petrolíferas. Estas companhias foram obrigadas a desativar plataformas e cortar investimentos em exploração e produção. A causa principal deste fator é o aumento da produção do petróleo, resultante do *boom* de hidrocarbonetos de xisto americano, das areias betuminosas no Canadá e do Pré-Sal no Brasil, e da estratégia da Opep de manter sua produção para não perder fatias de mercado (GOLD, 2015).

Desde 2010, os Estados Unidos viram sua produção doméstica de derivados de petróleo aumentar, o que significa uma menor necessidade de importações do produto. Entre 2012 e 2015, os Estados Unidos aumentaram sua produção de petróleo de 10 para 14 milhões de barris por dia, tornando-se o maior produtor mundial e ultrapassando a Rússia e a Arábia Saudita. Este aumento na produção norte-americana foi devido ao desenvolvimento de tecnologia para o fraturamento hidráulico, o chamado *fracking*, que é relativamente cara, mas rentável num cenário de altos preços do petróleo vigente nos anos anteriores (GOLD, 2015).

Gráfico 3 - Evolução do preço do barril do petróleo (em dólares de 2016) entre os anos 2000 até 2016



Fonte: Macrotrends - Crude Oil Prices - 70 Year Historical Chart (2016).

O petróleo saudita, nigeriano e argeliano, que era vendido em grandes quantidades aos EUA, passou então a competir pelo mercado asiático. Os países produtores foram forçados a baixar os preços, na tentativa de inserção de seu produto naquela região. Além disso, Canadá, Rússia e Iraque vêm aumentando sua produção de óleo, contribuindo para uma maior oferta e menores preços da *commodity*. Com o fim das sanções ocidentais sobre o Irã, a indústria do país está voltando a exportar seu petróleo (GOLD, 2015).

Durante o ano de 2015, Irã, Venezuela, Equador e Argélia pressionaram a Opep a cortar sua produção para auxiliar na estabilidade dos preços. Entretanto, a produção do Iraque se encontra bastante alta, e o Irã se recusa a congelar a produção, logo após ter suas grandes cargas liberadas para a exportação. Apesar dos conflitos com o Estado Islâmico, o Iraque passou de uma produção diária de 3,3 milhões de barris em 2014 para 4,3 milhões no final de 2015. O país já produz mais petróleo do que antes do início da guerra contra os Estados Unidos em 2003. O Irã, por sua vez, cumpriu o acordo sobre o Programa Nuclear com o Grupo 5+1 (EUA, Reino Unido, Rússia, China, França mais Alemanha), o que fez com que as sanções contra o país fossem levantadas. A Agência Internacional de Energia prevê um aumento de 300 mil barris diários até o final de 2016, devido o acesso ao mercado petrolífero que o Irã agora possui (MACHADO, 2016).

Ainda há os grandes interesses da Arábia Saudita em prejudicar a Rússia, o Irã e os Estados Unidos, com suas produções em expansão, de acordo com Leães (2015). Dessa forma, fazem uso da medida de aumentar a produção para forçar os preços para baixo. As rivalidades e disputas geopolíticas entre a Arábia Saudita e o Irã e a Rússia fazem com que a monarquia queira prejudicar a produção iraniana e russa ao fazer com que o preço do barril caia. Em relação aos Estados Unidos, seria uma manobra econômica para limitar a expansão da produção de xisto, através de uma concorrência predatória. Com o preço baixo, não haveria mais estímulo para investir neste derivado, pois se trata de investimentos elevados.

Conforme o autor, a postura dos sauditas é diferente da de outros Estados da Opep, como Irã e Venezuela. Estes, por um lado, procuram manter o valor do petróleo elevado, com a intenção de auferir maiores lucros. A Arábia Saudita, por sua vez, se mantém mais interessada na sustentabilidade da sua produção petrolífera. O país historicamente mantém uma preocupação com os custos elevados, pois estes podem incentivar a ampliação das fontes alternativas de energia e de extração mineral.

Outro fator de pressão sobre os preços é o aumento da produção advinda da camada pré-sal brasileira. O Brasil viu seu volume aumentar de 2,6 para 3 milhões de barris diários entre 2013 e 2015, tornando-se líder na exploração *offshore* em águas profundas. Entretanto, os preços baixos impactaram decisivamente a Petrobras, que também sofreu as consequências da escalada do dólar ante o real, uma vez que a produção da estatal é em reais, enquanto que todos os seus gastos são em dólar (MACHADO, 2016).

Do lado da demanda, existe uma menor procura por petróleo, ainda que a demanda seja pouco elástica. As economias europeia e japonesa se encontram desaceleradas e há um arrefecimento da expansão chinesa. Em maio de 2012, pela primeira vez em três anos, a demanda da China por petróleo registrou uma queda. Em 2013 houve o menor aumento em duas décadas, e a previsão é de que não haja aumento dessa demanda a curto prazo. Ao mesmo tempo, há um maior interesse global em fontes de energia alternativas, mais baratas e menos oscilantes, além do desenvolvimento em veículos mais eficientes em termos de energia (MACHADO, 2016).

Em setembro e novembro de 2016, a Opep realizou conferências com o propósito de chegar a acordos para baixar moderadamente a produção no final do ano. Entretanto, analistas indicam que a fixação de limites de produção perto dos níveis atuais pode ter pouco valor na regulação dos preços. O mercado global precisa de cortes mais acentuados ou uma maior demanda para retornar a um equilíbrio de oferta e demanda que suportam preços mais altos. Além disso, acordos anteriores foram quebrados pelas nações, pois não há um mecanismo

filme para sua execução. Teoricamente, deveria ser simples efetuar um corte na produção para aumentar os preços, tendo em vista que a Opep foi fundada como um cartel clássico, com a função de manter os preços altos para o benefício do produtor em detrimento do consumidor. Contudo, há interesses individuais dos membros, que torna difícil uma única direção e um consenso (COSTA 2012).

Com os preços a níveis baixos e a produção do petróleo menos dependente da Opep, o cartel retém um menor poder de barganha do que possuía anos atrás. A participação da organização na produção mundial, que já foi maior do que 50%, atualmente se encontra perto de 30%. Todavia, o papel da Opep ainda é muito relevante. Em primeiro lugar porque a produção nos poços tradicionais pode durar mais de 50 anos, ao passo que, nos de xisto, dificilmente ultrapassam 10 ou 15 anos – a partir desse ponto, a extração começa a minguar e buscam-se outras fontes para se ter novo aumento na produção. Em segundo lugar, o cartel pode se associar a diversos produtores nas tomadas de decisão e se reunir com grandes produtores mundiais, aumentando sua força e sua influência (MACHADO, 2016).

Devido a estes motivos, entre meados de 2014 até fevereiro de 2016 o valor do barril de petróleo caiu de US\$ 115 para US\$ 30. Os preços recuperaram-se algumas vezes ao longo de 2015, e em 2016 estiveram na faixa entre US\$ 30 e US\$ 50 por barril. O preço do petróleo iniciou este ano com o preço mais baixo desde abril de 2003 (quando estava a US\$ 26). Em janeiro deste ano, o barril custava US\$ 28,47, e a partir deste ponto teve certa volatilidade. Meio ano depois, estava a quase US\$ 50, e se manteve na casa dos US\$ 40 até o presente momento. Muitos poços de petróleo permanecem não rentáveis, apesar da indústria ter conseguido cortar custos de produção. Poços de xisto no Texas, que antes eram rentáveis apenas a níveis de preços acima de US\$ 60 por barril, agora são lucrativos em níveis acima de US\$ 40 (KRAUSS, 2016).

3.4 QUESTÕES ESTRATÉGICAS E PROJEÇÕES

Fuser (2005), em sua obra, destaca a importância do petróleo do Oriente Médio dando ênfase no Golfo Pérsico. Esta região, segundo o autor, exerce uma posição singular no mercado internacional, devido a sua capacidade de controlar sua produção em curtíssimo prazo, podendo tanto exceder o número de barris diários como cortá-los drasticamente. Como exemplo, o autor cita a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos no ano de 2004, quando eram os únicos países que possuíam uma reserva de capacidade ociosa pronta para ser acionada. Isso significa que eram os únicos que não extraíam todo o petróleo que poderiam.

Ou seja, tal posição de controle sobre a produção, e, por conseguinte sobre os preços do petróleo, confere aos países do Oriente Médio (principalmente à Arábia Saudita, “o grande *swing producer*”) poder e influência sobre o mercado internacional e economias de diversos países importadores e dependentes de petróleo. O autor aponta o fato de que somente na região do Oriente Médio os países exportadores são capazes de aumentar sua produção, de maneira sustentável, ao longo dos próximos vinte ou trinta anos. Outro fato que aumenta a condição de destaque no mercado petrolífero é que a região consome apenas uma pequena parcela do petróleo que produz.

Tudo indica que, até pelo menos a primeira metade do século XXI, a grande dependência por petróleo se manterá, e mais especificamente, da produção vinda dos membros da Opep. Até pelo menos 2030 ou 2050, não surgirá outra matriz energética capaz de substituir o petróleo de maneira eficiente e sustentável. Apesar desta falta de alternativa absoluta, a indústria de petróleo não encontrou ainda uma maneira eficaz de controlar grandes escaladas e colapsos em seus preços, e a insegurança energética mantém sua tendência constante (BRITO, 2012).

Caso os preços do barril mantivessem uma trajetória ascendente, mais campos de petróleo seriam explorados, e custos maiores de exploração não seriam empecilhos. Esta propensão ficou evidente desde o decênio de 1970, quando ocorreram os dois choques do petróleo. Há expectativas de viabilização de novos campos de exploração, como no sul do oceano Atlântico, especificamente na costa da África e do Brasil. Além disso, outro fator estimulante da produção de petróleo é o crescimento de economias como a chinesa, demandando mais petróleo para suas indústrias (COSTA, 2012).

Há várias correntes de pesquisadores e diversas previsões sobre o futuro das reservas de petróleo, afirmando que logo o recurso se extinguirá, ou que serão encontradas mais reservas subterrâneas. Na opinião de Egler (2011), citado por Costa (2012), em um futuro próximo, a demanda mundial por petróleo continuará aquecida, principalmente pelo aumento do consumo de países emergentes como a China e a Índia, cujas indústrias estão aumentando gradualmente suas demandas por combustível. Ao contrário da crescente deficiência energética de países como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão, o Leste e o Sul da Ásia sentirão a necessidade de aumentar seu poder de negociação e de formação de preços no mercado de hidrocarbonetos, para conseguirem suprir seu processo de industrialização acelerado.

Maugeri (2012), por sua vez, procura fazer uma análise do futuro do petróleo em si. O autor descreve uma superprodução irrestrita na indústria petroleira, com a capacidade de

110,6 milhões de barris diários para 2020. Este aumento na capacidade se dará por avanços tecnológicos, e não por uma superprodução conjuntural e esporádica. O preço do óleo, para tal aquisição, deveria se manter em US\$ 70. Esta capacidade abrangeria mais partes do mundo e incluiria outros suprimentos de petróleo, não convencionais, como o xisto, areias betuminosas do Canadá, petróleo extra-pesado da Venezuela e do pré-sal brasileiro. Além disso, grandes produtores incrementarão a produção de petróleo, como o Iraque, os Estados Unidos, o Canadá e o Brasil (por ordem de crescente capacidade de produção efetiva). Esta tecnologia na indústria do petróleo possibilitará um preço mais acessível ao produto, apesar de que a era do “petróleo barato” tenha ficado definitivamente para trás.

Benes et al. (2012), por outro lado, preveem possíveis cenários que complicarão negócios nas compras de petróleo. De acordo com os autores, há dois aspectos relevantes na determinação de produção de petróleo e o seu preço. Um é o fator geológico, e o outro é o tecnológico. O elemento geológico espera uma restrição física na produção, e o fator tecnológico espera que uma alta nos preços terá um efeito decisivo na produção, incentivando soluções tecnológicas. Combinando os dois pontos de vista, concluem que haverá uma indisponibilidade do combustível e a oferta de produção mundial de petróleo no longo prazo se contrairá. Para que isso não ocorra, o preço do barril deverá aumentar consideravelmente e permanecer aumentando, com um valor mínimo de US\$ 200. É importante destacar que há uma baixa probabilidade de o petróleo exaurir-se do planeta, como muitos analistas já propuseram. O que pode acontecer é que o óleo e sua extração se tornem tão caros e inviáveis que seu uso será abandonado definitivamente.

Uma projeção realista foi feita pelo Annual Energy Outlook do EIA (2016), que calcula que até 2020, é provável que o preço médio do barril de petróleo subirá para US\$ 80, e que a produção do óleo de xisto diminuirá após 2021. Isso contribuirá para um declínio na produção total de petróleo dos Estados Unidos até 2040. Em 2040, a demanda mundial começará a impulsionar os preços do petróleo para em torno de US\$ 130 por barril. Até então, as fontes baratas de óleo terão se esgotado, tornando mais caro o ato de extrair petróleo. Estas previsões estão dependendo de três fatores: primeiro, do que acontecerá com a produção de óleo de xisto dos EUA; segundo, como a Opep responderá às mudanças; terceiro, o quão rápido a economia mundial crescerá. Estas três variáveis são tão incertas que a EIA não está tão disposta, ou talvez seja incapaz, de definir uma previsão concreta.

Com o avanço das tecnologias, é esperado que as fontes de energia renováveis passem a competir mais diretamente com o petróleo. Os veículos elétricos são um exemplo. Eles ainda não são utilizados em grande escala, mas provavelmente serão, em alguns anos.

Atualmente, enquanto mais da metade do petróleo produzido no mundo é consumido como combustível para os transportes e para atividades industriais, as energias renováveis são utilizadas na geração de eletricidade – na qual a competição central é com carvão, gás natural e energia nuclear. Sendo assim, ainda não competem diretamente com o petróleo.

A tendência do preço das renováveis é cair, devido à maior utilização e maiores investimentos. Em contrapartida, a história mostra que o preço do petróleo é oscilante, tornando-se complicado realizar projeções e aumentando os riscos de investimentos. A aposta em novas energias renováveis se torna cada vez mais atraente e segura, especialmente no longo prazo, e aos poucos poderá se tornar uma substituta ao petróleo, tanto no setor automobilístico quanto no industrial.

Fuser (2008, apud MACHADO, 2016) explica que a tendência para os preços é de aumento, porém sem a certeza de quando, nem se eles alcançarão novamente o patamar de três dígitos. “Os baixos preços inibem investimentos. Como o petróleo é um bem não renovável, a tendência é que, com o passar do tempo, se reduza a reposição das reservas, que vão se esgotando”.

As divergências nas projeções ilustram justamente o quão incerta é a indústria petrolífera, os interesses dos Estados produtores de petróleo e donos das companhias petrolíferas e a economia mundial, pois as diferentes combinações destes fatores alteram radicalmente os resultados e dificultam projeções precisas. Sendo assim, torna-se compreensível tamanha insegurança dos grupos de interesse ligados a esse produto, e como resultado há o índice de especulação como variável muito mais decisiva do que os próprios fatos do cenário internacional.

3.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O capítulo, em uma continuação histórica do anterior, reforça a instabilidade e imprevisibilidade do preço do barril do petróleo e o grande poder que países produtores do recurso possuem. Outro ponto que procura abranger é a maior participação dos países emergentes no comércio internacional nos últimos anos e a conseqüente maior demanda global por petróleo. É feita uma abordagem acerca da trajetória de queda do valor do barril desde 2014, em decorrência principalmente da maior produção de derivados nos Estados Unidos. Faz-se também uma análise de algumas projeções acerca do futuro do preço do barril e dos volumes de petróleo produzidos, além do crescente uso de fontes alternativas.

4 O SETOR EXTERNO E A QUESTÃO DO PETRÓLEO NO BRASIL

A situação energética do Brasil está diretamente ligada às mudanças institucionais e econômicas internas e externas. Domesticamente, há muitas dificuldades quanto à infraestrutura para o refino do petróleo se tornar viável. Desta maneira, o país se encontra numa posição de importador líquido de petróleo, ao mesmo tempo em que exporta grandes volumes de petróleo bruto a diversos países. Externamente, à medida que as economias dos seus parceiros comerciais se expandem ou se contraem, se tornam mais abertas ou mais protecionistas, o Brasil experimenta o impacto em seu balanço de pagamentos. Além disso, o preço internacional do barril é uma das variáveis mais importantes para os rumos das políticas econômicas internas no país.

O petróleo iniciou uma rápida ascensão em sua importância na matriz energética brasileira desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando o país passava por um aumento do consumo de energia e precisava adotar fontes de maior qualidade do que o carvão e a lenha. A dependência externa ao petróleo foi aumentando, e na década de 1970, o petróleo importado representava 67,6% do consumo petrolífero total do país; na década de 1980, esse percentual havia se expandido para 83%, conforme descrito a seguir. Devido a essa grande dependência brasileira, os dois Choques do Petróleo tiveram grande impacto negativo sobre o equilíbrio econômico e sobre o balanço de comércio exterior da nação.

Na segunda seção do capítulo, é explicado como os dois Choques do Petróleo discutidos no primeiro capítulo impactaram as contas externas do Brasil, descrevendo os motivos principais de importar petróleo a altos preços e não conseguir exportar para os países industrializados, que se encontravam em recessão. Diante essa situação, o II Plano Nacional de Desenvolvimento introduziu medidas urgentes para enfrentar os aumentos internacionais no preço do petróleo, com investimentos governamentais na industrialização através da substituição de importações e pela busca da autossuficiência em insumos básicos, especialmente energia. O petróleo doméstico começou a substituir grande parte do petróleo importado, pois viabilizou-se a exploração de novas fontes não convencionais de petróleo, como as bacias *offshore* brasileiras.

Essa mudança estrutural na economia brasileira foi financiada por capitais externos abundantes, os petrodólares. Tal captação de recursos deteriorou as contas externas brasileiras, formando assim a grande dívida externa da década de 1980, desenvolvida na terceira parte do capítulo. A quarta seção tem como objetivo analisar a produção de petróleo brasileiro na década de 1990, em busca da autossuficiência. Na quinta seção, é analisado como os preços

baixos internacionais discutidos no segundo capítulo afetaram a produção do Brasil, e como esta atingiu níveis muito altos, com a manutenção dos esforços exploratórios e produtivos. O país, neste período, construiu um setor petrolífero em escala mundial, devido à descoberta de petróleo nas camadas pré-sal, e a produção de barris diários em 2012 superou os 2 milhões. É abordada a questão de que na década de 2000, o país se transformou em um exportador líquido de petróleo. A sexta parte dá ênfase à atual situação de queda do preço do petróleo, e como a produção do Brasil é afetada. A última seção abrange previsões sobre a produção da Petrobras e a continuação do uso do petróleo. É analisada a substituição de energia por novas renováveis.

4.1 O PERÍODO PRÉ-CHOQUE E O ENDIVIDAMENTO EXTERNO: 1963-1973

Entre os anos 1968 e 1973, o Brasil passava pelo período conhecido como “milagre econômico”, sob o comando do Ministro da Fazenda Delfim Neto e do General Ernesto Geisel. As taxas médias de crescimento real do país estavam em torno de 11% ao ano, e, de acordo com Cavarzan (2008), a ênfase era dada aos setores de bens de consumo duráveis e de capital (o crescimento da produção de bens duráveis alcançou 23,6% e o de bens de capital, 18,1%, conforme Lacerda et al., 2003). As taxas de inflação, pelo contrário, diminuía de forma gradual e o balanço de pagamentos apresentava comportamento superavitário, devido à entrada de capitais estrangeiros. Além disso, para a melhora das contas externas, as exportações mais que dobraram e as importações subiram de 5,4% para 8,6% do PIB, como explicam Lacerda et al. (2003). O milagre proporcionou ao Brasil uma maior internacionalização e uma maior participação de empresas públicas e privadas. De acordo com Aguirre e Saddi (1997),

A conjuntura político-econômica derivada do milagre acarretou modificações estruturais no país, como o crescimento da participação do Estado na economia, a expansão oligopolística do setor financeiro, a consolidação de uma tecnoburocracia com interesses próprios e a predominância de multinacionais em detrimento do setor privado nacional (AGUIRRE; SADDI, 1997, p. 85).

No final da década de 1960 o Brasil passou a recorrer cada vez mais a empréstimos vindos do sistema financeiro internacional, a fim de aumentar sua capacidade de importação, de investimentos e de consumo doméstico. O mercado financeiro externo oferecia melhores condições de prazos e juros do que o sistema creditício interno. No período entre 1967 e 1973, o comércio mundial estava se expandindo e a liquidez internacional se ampliando, através de

uma maior emissão de dólares como medida de financiamento dos déficits externos norte-americanos. O crescimento do comércio mundial e dos fluxos financeiros internacionais foi de grande utilidade para o período de abertura comercial e financeira brasileira (LACERDA et al. 2003). Cavalcanti (1988) aponta que, a partir de 1971, o excesso de recursos financeiros externos adquiridos permitiu a acumulação de reservas internacionais.

Esta captação de recursos estrangeiros levou o país à grande crise da dívida externa brasileira, “a mais grave crise econômica que a economia brasileira jamais atravessara e que se estenderia por toda a década de 80” (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992, p. 25). Esta situação tem como base a grande dependência do setor financeiro brasileiro em relação ao setor financeiro exterior, devido ao grande crescimento deste durante a década de 1970 e da nova condição de oferta de crédito, que contava agora com os bancos privados e suas taxas flutuantes a juros reduzidos. O Brasil não tinha alternativa senão tomar financiamento externo, pois este “preencheu uma lacuna virtualmente insolúvel” (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992, p. 26), devido às reformas monetária, fiscal e financeira feitas na época da ditadura, que tinham o propósito conter a inflação e evitar a emissão de moeda. Os setores público e privado, desta forma, se viam obrigados a pegar empréstimo do exterior (BELLUZZO;ALMEIDA, 1992).

Durante os anos do milagre, a diferença entre o produto potencial e o produto real da economia brasileira era quase zero em 1973/74, o que significa que ela trabalhava com sua capacidade plena (considerada próxima de 90%). A demanda agregada continuava crescendo, e, portanto, havia mais demanda por importações e um aumento dos preços. Além disso, houve uma grande emissão de moeda em 1973 e o aumento dos preços do petróleo internacional. O resultado foi o aumento das taxas de inflação, “importando-se” uma parte dela devido aos altos preços internacionais (LIMA, 1977).

Antes da década de 70, o financiamento externo ocorria somente através de agências internacionais, como o FMI, ou investimentos diretos vindos de países mais desenvolvidos. A partir da expansão do crédito de bancos privados, as condições de prazo eram muito favoráveis aos devedores. O *boom* dos mercados financeiros internacionais adveio da ampliação de dólares na economia mundial, através dos petrodólares. Além do Brasil, diversos outros países em desenvolvimento também passaram pela crise pelo mesmo motivo, conforme Belluzzo e Almeida (1992).

Os autores ainda apontam que diversas reformas foram feitas pelo governo para aumentar a capacidade de atração de investimentos externos, como a reestruturação do aparelho de financiamento da economia, leis que facilitavam a captação de recursos no

exterior (Lei nº 4.131 e Resolução nº 63) e principalmente a indexação dos valores de títulos e de contratos. Esta indexação ou correção monetária servia para diminuir os riscos dos contratos a longo prazo, uma vez que a inflação brasileira continuava alta. O mecanismo de indexação foi largamente utilizado pelo setor público, o que contribuiu para seu endividamento. Entretanto, apesar da consciência de endividamento, a fonte externa era abundante e barata, a juros e prazos mais que favoráveis.

Entre 1968 e 1973, os empréstimos em moeda externa cresceram à taxa de 50% ao ano. Cavalcanti (1988) aponta que, em 1973, da entrada líquida de capital, 73,3% eram empréstimos de moeda estrangeira. Este alto nível de capital vindo do exterior aponta a deficiência no sistema financeiro doméstico para os investimentos internos e crescimento da economia, sendo necessária a captação de recursos no exterior (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992).

4.2 DO PRIMEIRO CHOQUE AO II PND E À ESTATIZAÇÃO DA DÍVIDA: 1974-1979

A reviravolta na economia brasileira e a interrupção do crescimento econômico iniciado em 1968 têm como explicação oficial as turbulências mundiais, tendo em vista que, entre os países subdesenvolvidos, o Brasil era o que mais importava petróleo, sofrendo grandes impactos com o aumento dos preços do produto. O país dependia do petróleo importado para suprir cerca de 80% de suas necessidades energéticas, e o sistema de transportes brasileiro, rodoviário, dependia do petróleo barato. Além disso, era o maior devedor deste grupo de países, motivo pelo qual foi tão afetado pela elevação das taxas nominais e reais de juros depois do segundo choque. Houve uma grande redução nas importações de equipamentos e insumos intermediários, uma vez que as despesas com a compra de petróleo eram altas. Entretanto, as políticas internas adotadas também influenciaram nos resultados (FISHLOW, 1986).

De acordo com Carneiro (1990), diante da quadruplicação dos preços de petróleo de 1973, os gestores de política econômica brasileira não perceberam esse movimento como uma descontinuidade. Apesar da enxurrada de capitais externos, da pressão sobre a oferta de moeda e da inflação que se iniciava, o cruzeiro sofreu sua primeira valorização nominal e a economia continuava a crescer. “O crescimento de 17% de produção industrial batia todos os recordes sonhados, e o produto interno bruto expandia-se à incrível taxa de 14%” (CARNEIRO, 1990, p. 296). O autor aponta que as respostas brasileiras ao choque externo

foram positivas, todavia, o pagamento foi a alta inflação, a elevada dívida externa e a desestruturação do setor público.

Os preços internos sofreram grande impacto frente às pressões da demanda gerada pela expansão da moeda e do crédito em 1972 e 1973, ocorridas antes da crise do petróleo. Entretanto, o choque acabou intensificando as taxas de inflação, devido principalmente à estrutura do setor industrial e do sistema de transportes brasileiros, altamente dependente do combustível importado. Entre os anos 1973 e 1983, o nível geral dos preços variou 17.000% e os preços médios da gasolina, óleo diesel e óleos combustíveis sofreram um aumento equivalente a 40.000%, 32.000% e 71.000%, respectivamente, bem acima da taxa de inflação e contribuiu para o aumento desta (MARQUES, 1985).

Cavalcanti (1988) aponta que, com o choque do petróleo de 1973, o fluxo de recursos se modificou. Havia uma instabilidade generalizada e o balanço de pagamentos brasileiro se deteriorava, com uma piora na conta corrente (devido à dependência pelo petróleo importado). As taxas de juros internacionais se elevaram e o comércio internacional se contraiu, com medidas protecionistas e diminuição nas compras internacionais pelos países desenvolvidos (contribuindo para esta deterioração na conta corrente do Brasil, que viu suas exportações diminuindo). Para conseguir fechar suas contas, o governo brasileiro necessitava então de moeda, e buscou o empréstimo externo para o financiamento de sua balança de pagamentos. Porém, o mercado financeiro internacional se encontrava receoso e em crise de confiança. Para contrair empréstimos externos e reequilibrar sua balança de pagamentos, o Brasil eliminou controles e limitações de crédito externo (vigentes desde quando ainda havia grande liquidez internacional), aumentou seus juros internos, diminuiu os créditos internos, como forma de incentivar a busca por moeda estrangeira, e utilizou amplamente o setor público na captação de financiamento de fora (medida esta que melhor funcionou).

O governo brasileiro, ante a crise do petróleo, se deparou com um dilema enfatizado por Cavarzan e Racy (2011): a estratégia de “ajustamento” ou a estratégia de “financiamento”. O “ajustamento”, segundo os autores, tinha como objetivo melhorar o balanço de pagamentos, em detrimento do ritmo de expansão do produto real, aderindo a medidas contracionistas que restringissem a demanda agregada e, assim, as importações. Já o “financiamento” procurava continuar com o crescimento e a produção interna acelerados, através do financiamento externo, a fim de tornar o país menos dependente do exterior. O financiamento contaria com a substituição de importações e com o aumento da capacidade do setor exportador, mas deterioraria a conta corrente a curto prazo, devido a uma maior demanda por produtos estrangeiros para a realização dos investimentos. As contas externas só se ajustariam a longo

prazo, quando os projetos internos ficassem prontos e pudessem ser utilizados internamente, além de exportados seus resultados.

O II PND significou a “subordinação dos objetivos de estabilização às metas de longo prazo” (CARNEIRO, 1990, p. 306). Foi dada atenção à última opção, a do financiamento, tomando-se providências para que os choques não afetassem o produto real e fazendo proveito do crédito externo abundante para isso. O governo procurou um meio-termo entre as duas opções de resposta ao choque. Uma necessitava de políticas monetária e fiscal contracionistas, que diminuíssem a demanda e a expansão do produto e estabilizassem a taxa de inflação, e a outra significava preservar a taxa de crescimento do produto real às custas do índice de preços (MARQUES, 1985).

As políticas internas de Geisel (1974-79), conforme apresenta Fishlow (1986), incluíam diminuir a demanda interna excedente, ainda ao ritmo do milagre econômico. Primeiramente, o plano não considerava o choque do petróleo, mas depois serviu para diminuir os gastos com as importações. No início de 1975, as políticas monetária e fiscal contracionistas foram abandonadas, pois haviam diminuído o crescimento industrial e econômico, e não haviam contido a inflação. A retomada do crescimento foi posta novamente em pauta, em detrimento ao combate à inflação (que era tolerável, visto a indexação generalizada). A fraca balança de pagamentos igualmente não atrapalharia, devido à reciclagem de petrodólares e ao mercado financeiro internacional mais dinâmico. Em 1974, as autoridades financeiras estavam facilitando a entrada de capitais, com vencimentos a longo prazo.

Conforme afirma Cavalcanti (1988) em relação à captação de financiamento estrangeiro, “a reversão nas condições de captação de recursos externos e o problema do balanço de pagamentos levaram o governo a remover ou atenuar os controles introduzidos anteriormente” (CAVALCANTI, 1988, p. 25). O mercado financeiro internacional retomou a forte propensão a fornecer empréstimos a partir de 1976, o que não significa que nos dois anos anteriores havia parado de fornecer recursos ao governo brasileiro (muito pelo contrário). Os Estados Unidos voltaram a aumentar a liquidez internacional para financiar suas contas, que apresentavam déficits, e a partir de 1976 o Brasil conseguiu acumular reservas cambiais com a liberação do fluxo do exterior. Fishlow (1986) mostra que esta grande entrada de capitais elevou a dívida bruta para mais de US\$ 17 bilhões, e na época, as exportações representavam menos da metade deste valor. Todavia, estes números não se traduziam em preocupação, e sim amortizações das pressões inflacionárias. Tal fato decorria de que não havia necessidade em aumentar os preços domésticos das importações,

principalmente dos combustíveis, pois os custos poderiam ser cobertos por empréstimos. Os empréstimos fáceis também auxiliaram na manutenção de altas taxas de investimento fixo (devido às importações abundantes e baratas), e no financiamento do crescimento, compatível com elevadas taxas de consumo.

Diante do cenário internacional de choques do petróleo e do crédito externo abundante, o Brasil procurou fazer uma mudança estrutural, reorganizando as bases da economia e promovendo maciços investimentos e amplo crescimento industrial. O novo processo de substituição de importações em bens de capital e insumos básicos⁵ que fundamentava o II PND, aprovado em dezembro de 1974, teve como objetivo conciliar o ajuste do balanço de pagamentos com altas taxas de crescimento do PIB, diante do choque do petróleo de 1973 (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992). A ênfase foi dada aos setores de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia, com o propósito de diminuir a dependência externa e aumentar a produtividade doméstica. O objetivo era superar esta dependência através do domínio brasileiro em tecnologias de ponta e da ampliação da matriz energética interna, pois o petróleo importado era o principal componente da matriz energética do país. Começaram a ser incentivados altos investimento em pesquisa, prospecção, exploração e refinamento de petróleo dentro do Brasil, e também em fontes alternativas de energia, como o álcool e a energia nuclear. O plano procurava um rápido crescimento através da continuidade do processo de substituição de importações, possível por causa da enorme liquidez internacional advinda dos petrodólares (CAVARZAN, 2008).

Porém, segundo Fishlow (1986), este plano, que virou lei (nº 6.151), não deu tanta importância ao choque do petróleo quanto deveria. A intenção de promover um novo estágio de desenvolvimento industrial não considerou a situação internacional como variável tão relevante. Carneiro (1990) também considera que a conjuntura interna pareceu mais importante e determinante para as políticas adotadas do que os eventos externos, tendo em vista as dificuldades de curto prazo e de longo prazo, no restante da década. O motivo desta falta de importância dada ao choque é que sua dimensão não foi logo percebida, além do fato de que causou perdas ao Brasil por desvalorizar suas exportações em relação às importações, e o país precisar exportar uma quantidade maior de produtos para compensar a perda.

As políticas internas de Geisel procuravam dar um novo rumo às diretrizes econômicas e industriais, enfatizando o consumo e o investimento público, em detrimento das empresas privadas. Este método, todavia, acelerou o endividamento público em moeda

5 Com ênfase na química pesada, na siderurgia, em metais não ferrosos e minerais não metálicos (CAVARZAN, 2008).

estrangeira, em um momento de abundância de liquidez internacional (BELLUZZO; ALMEIDA 1992). As grandes empresas estatais que se destacaram neste período de investimentos em infraestrutura e outras áreas prioritárias foram a Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás e Embratel. Os investimentos realizados por estas empresas, entre outras, foi financiado por recursos externos, esforço este que o Brasil não parecia ser capaz de sustentar. O país não possuía uma estrutura privada forte o suficiente de financiamento a longo prazo, o que fez a nação aprofundar sua dependência ao capital externo (CAVARZAN, 2008).

Novas políticas precisaram ser criadas para a agricultura, o setor exportador e para as substituições de importação. Isso porque as condições de crédito externo, juros e câmbio não eram favoráveis à balança comercial brasileira nem com o financiamento privado do II PND, que estava em curso. No setor agrícola, a exportação obteve incentivos fiscais, créditos subsidiários, preços mínimos e subsídios diretos para ser estimulada, em detrimento do consumo doméstico. Foi criado também o programa do Pró-Álcool, como fonte alternativa de energia, frente aos altos preços do petróleo. O setor industrial obteve incentivos de crédito e fiscais e o BNDES financiou novas inversões a taxas de juros reais negativas para que ocorresse o programa de substituições de importações (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992). O Plano de Desenvolvimento representou uma estratégia divergente da dos outros países, conforme apontam Cavarzan e Racy (2011). As demais nações, em geral, tomaram medidas recessivas em suas economias, com investimentos, consumo e importações a níveis decrescentes. Este comportamento ocorreu principalmente em países periféricos, que eram mais dependentes do petróleo importado e sofriam dificuldades com a obtenção de receitas de exportação devido à contração de seus mercados consumidores, os países centrais. O Brasil, por outro lado, adotou um crescimento da economia “em marcha forçada”. Se houvesse seguido a linha de contração dos vizinhos, estaria apenas tratando os sintomas da crise, como o déficit no balanço de pagamentos, mas não atingiria o principal, que era a diminuição da dependência externa e o desenvolvimento de setores atrasados na economia.

Fishlow (1986) explana que, após a entrada de recursos externos, em 1976, a indústria brasileira havia crescido mais de 12% e a inflação acelerado para 48% (em contraste com os 30% de 1975). Estes fatores demonstravam o desequilíbrio doméstico, e um déficit em conta corrente de US\$ 6 bilhões precisou ser financiado, sendo que um terço deste valor era composto por juros líquidos. Entre 1976 e 1979, Geisel adotou uma política de contenção moderada, com aumentos nas taxas de juros domésticas. Estas taxas desencorajavam o consumo privado, tornavam mais atraentes os ativos financeiros e elevavam o custo dos empréstimos domésticos, obrigando os tomadores a procurar o financiamento externo. Este

método aliviava as pressões inflacionárias e diminuía o déficit do balanço de pagamentos, pela maior entrada de capitais (FISHLOW, 1986). A agricultura e o setor exportador continuavam a ser beneficiados por subsídios. “Em 1973, os subsídios totais (creditícios, diretos e fiscais) representavam 3% do PIB e 31,9% da receita tributária. Em 1980, essas relações passam a 7,6% e 99,2%, respectivamente. O crescimento real dos subsídios foi espantoso: 139,4% no período 1973-76 e 84% no período 1976-80” (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992, p. 34). Houve uma desaceleração na tributação neste segundo período devido à queda na taxa de crescimento da economia. Tal queda foi resultado das políticas deflacionárias e de contenção de gastos das empresas estatais. A inflação estabilizou-se ao longo do ano de 1977, porém voltou a crescer no ano seguinte (FISHLOW, 1986).

A vulnerabilidade brasileira cresceu, acompanhando a assimetria em sua integração com a economia mundial. O país tinha uma parcela maior da dívida do que do comércio global. Em 1977,

a dívida líquida quadruplicou em relação a seu nível de US\$ 6,2 bilhões ao final de 1973. As importações de petróleo representavam uma parcela impressionante e crescente, na medida em que o país aumentava suas compras. O crescimento mais lento da economia mundial dificultava as exportações em comparação com seu ritmo anterior (FISHLOW, 1986, p. 527).

Belluzzo e Almeida (1992) apontam que somente no início de 1979 o governo decidiu rever a entrada de capital e créditos estrangeiros. Entretanto, com o segundo choque do petróleo e com o aumento das taxas de juros internacionais, resultado das políticas contracionistas dos Estados Unidos, o setor público brasileiro se viu novamente demandando recursos externos. Segundo Cavalcanti, em 1979

a aceleração da inflação mundial em decorrência, entre outros fatores, do aumento do preço do barril de petróleo eleva significativamente o valor das exportações brasileiras e pressiona as taxas de juros no mercado financeiro internacional. [...] Consequentemente, a conta corrente deteriora-se rapidamente. Isso, combinado a uma redução na entrada líquida de capitais, leva a perda considerável de reservas internacionais (CAVALCANTI, 1988, p. 27).

As empresas estatais precisavam de empréstimos para conseguir pagar as dívidas anteriores, e as privadas possuíam uma aversão à captação dos capitais externos, pois não queriam aumentar sua dívida. Neste ano, o método de indexação cambial foi quebrado, devido à desconfiança dos agentes diante a acelerada inflação. As empresas privadas então paralisaram novos investimentos, diante dos riscos crescentes do desequilíbrio externo, e cancelaram as dívidas que haviam contraído, passando-as ao setor público e estatizando a

dívida. Ao mesmo tempo em que o Estado necessitava de empréstimos do exterior para fechar suas contas externas, os agentes privados caminhavam em direção oposta (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992).

Além disso, Cavalcanti (1988) explica que, enquanto em 1974-1975 o Brasil procurava financiar seus déficits nos pagamentos internacionais, em 1976-1979 o governo estava preocupado com o refinanciamento das despesas com juros e amortizações do principal contraído anteriormente. A taxa de juros internacional elevada fez com que o pagamento se tornasse inviável. Cruz (1995) acrescenta:

A crise internacional impôs à economia brasileira um progressivo estrangulamento cambial manifesto, de início, em acentuados desequilíbrios em transações correntes – dados o peso de petróleo na pauta de importações e o volume da dívida contratada a taxas flutuantes – financiados parcialmente por créditos de médio e curto prazos e parcialmente através da queima de reservas internacionais (CRUZ 1995, p. 129).

Em relação ao produto real brasileiro, este cresceu a taxas significativas até 1980, tendo em vista a escolha feita pelas autoridades monetárias frente aos choques do petróleo de manter a taxa de variação do produto real em detrimento da estabilização da inflação. Esta, por sua vez, sofreu os impactos da escolha econômica, apresentando em 1979 três dígitos em sua variação anual. As contas externas brasileiras sofriam deterioração neste período, em função da crise do petróleo. Apesar do sucesso no controle sobre as importações, as importações mundiais haviam se contraído entre 1974 e 1978, e o comércio mundial se desacelerado. Por este motivo a balança de pagamentos estava muito deteriorada. Entretanto, a partir de 1980, com as graves perturbações no mercado financeiro global, a situação nas contas externas piorou (MARQUES, 1985).

4.3 BALANÇO DE PAGAMENTOS COMO FOCO DA ATENÇÃO: 1980-1986

Devido ao crescente protecionismo dos países desenvolvidos após o segundo choque do petróleo, e com a queda do preço das *commodities*, o Brasil viu sua conta corrente se deteriorar, conforme Fishlow (1986). Em fins de 1979, as condições externas de financiamento para o Brasil haviam se alterado, visto que era um grande devedor.

Segundo o autor, a economia brasileira ainda estava insegura quanto ao seu ajustamento ao primeiro choque, e novas medidas eram necessárias para conter a inflação e incentivar o crescimento. O setor agrícola passaria a ter prioridade, assim como o de energia. As exportações daquele setor atenuariam o problema da dívida externa e diminuiriam o papel

da alimentação no aumento do índice de preços. Já neste setor, o Pró-Álcool tornaria o país menos dependente do petróleo estrangeiro, assim como incluiria um maior investimento em petróleo doméstico.

O relatório “O Brasil Rumo à Autossuficiência Energética”, escrito no final do mandato do General Figueiredo, tentou demonstrar os êxitos que seu mandato havia obtido ante as dificuldades energéticas que o Brasil enfrentava no âmbito do petróleo, de energia elétrica, nuclear, álcool e fontes alternativas. Voigt (2010) descreve que o documento relata o cenário de crise energética pelo qual o país passava desde o primeiro choque do petróleo, aumentando sua dimensão com o segundo. Um novo Modelo Energético foi proposto pelo Ministério de Minas e Energia ao governo Figueiredo, com as premissas de aumento da produção interna de petróleo, uma maior conservação energética, a fim de diminuir as importações, e a substituição de derivados de petróleo por fontes que sejam nacionais. Apesar de tais metas se compararem às do II PND, a ideia do novo presidente era dar mais atenção à questão energética e finalmente superar as dificuldades da dependência. Desejava-se aumentar a produção interna, que durante o mandato de Geisel foi de 164 mil barris diários, para 500 mil por dia, e alcançar 900 mil a longo prazo, a quantidade equivalente ao consumo brasileiro. Esperava-se alcançar esta autossuficiência em 1993. Houve uma queda na quantidade de petróleo importado a partir de 1980 até 1985, durante o governo Figueiredo, assim como um aumento na produção, quando “os recordes de produção nacional vão sendo batidos ano a ano” (VOIGT, 2010, p. 188). De maneira inversa, a tendência da quantidade de petróleo importado na década de 1970, no período Geisel, era crescente, e a produção sofreu leve contração.

Ainda de acordo com o autor, devido à aceleração da economia entre os anos 1974 e 1979, o consumo de petróleo aumentou substancialmente. Já entre 1980 e 1983 o consumo geral contraiu de 428 milhões de barris por ano para menos de 390 milhões de barris anuais, retomando os volumes de 1979 somente em 1986. A dependência externa se contraiu de 85% em 1981 para menos de 50% em 1985, em razão dos investimentos feitos na Petrobras. Houve grande desenvolvimento e diversificação de energias alternativas durante o governo Figueiredo, com projetos iniciados no governo Geisel, como o incremento da energia hidrelétrica, com a usina de Itaipu, e a maior participação de álcool com o programa Pró-Álcool.

Ao longo da década de 1970 e 1980, o Oriente Médio era a principal fonte de petróleo importado que o Brasil adquiria. Em 1974, por exemplo, cerca de 77% do petróleo importado vinha desta região, e até 1986, a quantidade vinda de lá nunca foi inferior a 51,4%. Em 1979,

alcançou um pico de 92,1% da participação de petróleo árabe. Voigt (2010) ainda afirma que, com o governo Figueiredo, houve uma tentativa de diversificação das fontes do óleo negro, principalmente devido às instabilidades mais graves do segundo choque.

Novamente, entre agosto de 1979 e outubro de 1980, assim como no início da década de 1970, o Brasil adotou políticas internas independentes do choque do petróleo, ignorando os eventos externos do aumento do preço do produto e das taxas de juros internacionais. No plano macroeconômico, Delfim Neto impôs uma política heterodoxa, com controles às taxas de juros nominais, fazendo com que fossem reduzidas, desvalorizando o câmbio com pré-fixação da correção monetária e tentando controlar as expectativas inflacionárias (CARNEIRO, 1990). Além disso, liberou preços que antes eram administrados e promoveu de uma nova lei salarial, aumentando salários mais baixos. Tais medidas pioravam a inflação, mas reduziam o déficit fiscal. O ministro também iniciou uma maxidesvalorização de 30%, retomou os subsídios às exportações e voltou a incentivar a procura por empréstimos externos pelo setor privado. O propósito das políticas heterodoxas resultou em confusão para a comunidade financeira internacional, por se tratar de

uma mistura da fórmula convencional do FMI (desvalorização para estimular exportações e substituição de importações) com o monetarismo internacional do Cone Sul (restrito à relação entre preços domésticos e internacionais) e com o intervencionismo brasileiro (FISHLOW, 1986, p. 531).

Os resultados da política não foram os esperados, pois o investimento caiu e os ativos financeiros deixaram de ser atraentes. A pressão do choque do petróleo fez com que o déficit em conta corrente em 1980 atingisse US\$ 12,4 bilhões, que só poderia ser contornado com um grande financiamento externo. Além disso, a taxa de inflação disparava, chegando a três dígitos pela primeira vez na história brasileira (FISHLOW, 1986). Este grande salto da inflação de 50 para 100% ao ano foi devido ao segundo choque do petróleo, em combinação com a política de fixação de “preços realistas” e dos ajustes salariais feitos pelo governo, para diminuir a pressão dos trabalhadores, conforme Modiano (1989). Novos rumos para a economia precisaram ser seguidos, pois havia elevados custos de importações e incertezas quanto à oferta de petróleo e possível escassez. O Brasil estava sendo sufocado pelas pressões internacionais, sendo que mais da metade da deterioração de US\$ 4 bilhões da conta corrente em 1979 foi devida às elevações dos preços internacionais do petróleo e das taxas de juros, e US\$ 1,2 bilhão por causa da dívida acumulada até 1978 (FISHLOW, 1986).

Cavalcanti (1988) analisa a decisão do governo de fazer uso do controle de demanda agregada no final de 1980, com uma política monetária fortemente contracionista. O autor explica que a recessão provocada por Delfim Neto impôs limites à expansão do crédito interno e elevou os juros domésticos (a 40-45% ao ano). Os investimentos privados e estatais declinaram. Desta maneira, a produção nacional seria paralisada, e as importações diminuiriam, tornando a balança comercial modestamente favorável. Fishlow (1986) acrescenta que as taxas inflacionárias de 1980, em 121% ao ano, caíram no ano seguinte para 94%. O crescimento econômico, entretanto, caiu para taxas negativas em 1981 e em vez de promover mudanças fundamentais na economia, Delfim Neto objetivava manter a credibilidade externa e a liquidez, em uma “recessão pobre”. Entretanto, o déficit público aumentava, atingindo quase 10% do PIB em 1982.

Ante a possibilidade de escassez de petróleo e à insegurança energética, o Brasil procurou ajustar suas estruturas para garantir seu suprimento de energia. Os setores de bens de capital e da indústria pesada foram enfatizados, além do campo de insumos básicos, para substituir as importações e tentar exportar mais estes produtos. O governo incentivou uma maior prospecção do óleo, principalmente na bacia de Campos⁶, e focou na geração de energia hidrelétrica, aumentando em 60% a capacidade geradora, de acordo com Carneiro (1990). Mesmo assim, o desconhecimento sobre a racionalização da energia complicou as pesquisas de fontes alternativas e também o melhor aproveitamento energético. “A margem bruta de refino⁷ de petróleo caiu de 6,17 em 1972 para 2,05 em 1979 para menos de 2 depois de 1980. O atraso nos preços só foi recuperado depois de 1981, sendo um elemento adicional das fontes de pressões de custos associados à aceleração inflacionária do início da década de 80” (CARNEIRO, 1990, p. 316). Com o alto endividamento dos países subdesenvolvidos, que absorveram grande parte dos desequilíbrios internacionais do aumento do preço do petróleo e das taxas de juros, os bancos internacionais ficaram receosos em conceder empréstimos a economias vulneráveis, segundo Cavalcanti (1988). Em 1982, o governo brasileiro precisou voltar suas atenções ao crédito doméstico, devido ao colapso do financiamento externo com o Primeiro Efeito Tequila, no México, e o conseqüente desaparecimento do mercado voluntário de empréstimos externos. Carneiro e Modiano (1990) acrescentam:

6 A Bacia de Campos é a principal área sedimentar já explorada na costa brasileira. Ela se estende das imediações da cidade de Vitória (ES) até Arraial do Cabo, no litoral norte do Rio de Janeiro, em uma área de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados.

7 A margem bruta de refino é a diferença entre a receita obtida com a venda dos derivados e o custo do petróleo processado em uma refinaria. A margem líquida, por sua vez, é calculada subtraindo-se os custos operacionais da refinaria, da margem bruta de refino.

Ao contrário do que se seguiu ao primeiro choque, em meados de 1980 foram sentidos os primeiros sinais de escassez de financiamento externo. A dificuldade de renovação de empréstimos evidenciava que já não havia disposição dos credores internacionais para financiar um ajuste sem pesados custos internos no curto prazo. [...] Tornava-se mais difícil obter recursos externos novos para cobrir o desequilíbrio no balanço de pagamentos. No final de 1980, devido a um déficit em conta corrente de US\$ 12,8 bilhões e da escassez de financiamento externo, as reservas cambiais brasileiras haviam caído cerca de US\$ 3 bilhões. Do final de 1980 a meados de 1984, as linhas gerais de política macroeconômica passaram a ser ditadas pela disponibilidade de financiamento externo (CARNEIRO; MODIANO, 1990, p. 232).

De acordo com Cervo e Bueno (2002), a dívida dos anos 1980 prejudicou as relações exteriores do Brasil mais do que qualquer outro setor do país, uma vez que o Itamaraty e o Congresso Nacional se abstiveram das negociações e deixaram-nas a cargo dos economistas da Fazenda, do Planejamento e do Banco Central. Deste modo, o poder de barganha foi inibido, em um momento em que poderia ser útil, frente a países desenvolvidos também vulneráveis. O pagamento da dívida acabou ocorrendo com a recessão do triênio 1981-1983.

Os autores acrescentam que a ausência de negociações políticas brasileiras deu abertura à imposição norte-americana de seus interesses sobre o Brasil. A recessão foi uma maneira de ceder aos Estados Unidos e suas pressões sobre o comércio externo brasileiro. Ela inibiu o projeto de desenvolvimento brasileiro que competia com os EUA nos mercados consumidores e garantiu uma transferência de renda para a potência, através do pagamento dos juros da dívida externa.

No ano de 1982, o Brasil exportou US\$ 3 bilhões a menos do que em 1981. Somando-se a contração dos países importadores das manufaturas brasileiras e a recessão mundial, o Brasil não conseguiu alcançar um superávit comercial. O Brasil neste período estava importando em menor quantidade, devido à substituição de bens intermediários, como o petróleo, e à menor demanda por bens de capital, devido à recessão. A queda nos gastos com importação foi maior do que US\$ 2,6 bilhões. Entretanto, o aumento de US\$ 2,2 bilhões no pagamento de juros tornou o déficit em conta corrente virtualmente independente da absorção doméstica. Foram submetidas cartas de negociação com o FMI para financiar o balanço de pagamentos do Brasil e conseguir fundos para o país conseguir pagar suas dívidas. Em contrapartida, as políticas macroeconômicas e comerciais deveriam se adequar aos modelos macroeconômicos do Fundo, e o Brasil cumprir os objetivos estipulados (CARNEIRO; MODIANO, 1990).

No final de 1982, o balanço de pagamentos brasileiro enfrentou a sua mais séria crise cambial. O governo foi obrigado a negociar um programa de ajustamento com o FMI para avaliar o reescalonamento das amortizações

do principal devido aos bancos comerciais estrangeiros e a reformulação dos contratos no âmbito do Clube de Paris (CAVALCANTI, 1988, p. 31)

Houve muitas dificuldades em adaptar uma economia em desenvolvimento e altamente indexada às exigências da instituição, tendo o Brasil submetido várias cartas de intenções ao FMI até 1985 e não conseguido apoio político devido às condições de financiamento externo do Brasil até 1982 (CARNEIRO; MODIANO, 1990). Após o acordo ser fechado, as contas externas brasileiras melhoraram, saindo do déficit de US\$ 16 bilhões em 1982 para um pequeno superávit em 1984; porém, não houve um crescimento equilibrado nem diminuição da inflação, que, ao contrário, havia mais que dobrado, pois a prioridade dada à melhoria das contas externas acabou prejudicando o equilíbrio interno (FISHLOW, 1986).

A recessão brasileira teve início em 1981 e durou até início de 1984, ainda com altas taxas de inflação. Em 1983 o Brasil presenciou um novo salto nos índices inflacionários, alcançando 200% ao ano, acarretado pela maxidesvalorização de 30% da moeda doméstica no início do ano, conforme analisa Modiano (1989). Em conjunto com as obras finalizadas do II PND, a contração na economia interna resultou em uma diminuição das importações e maior aproveitamento interno. Em 1983, o Brasil havia conseguido melhorar sua balança comercial, gerando superávits, e em 1984, megasuperávits, o que permitiu o país honrar os compromissos de juros aos credores externos (BELLUZZO; ALMEIDA, 1992). Foi um conjunto de fatores que tornou possível o cumprimento das metas estipuladas para as contas externas em 1983. Somando-se à recessão econômica, os preços internacionais do petróleo estavam baixos neste ano, e a economia estadunidense havia se recuperado. O superávit comercial se encontrava em US\$ 6,5 bilhões, e a meta foi superada em quase 10%. O baixo preço do petróleo foi um dos fatores que permitiu a redução das despesas com importações em 21,5%. “Os menores preços, a maior produção interna, e a substituição da gasolina e do óleo combustível explicam o decréscimo de 9,7% nos gastos com importação de petróleo” (CARNEIRO; MODIANO, 1990, p. 333). Cavalcanti (1988) adiciona o fato de que, com as obras do II PND terminadas e começando a produzir, o Brasil pôde usufruir de uma capacidade ociosa em sua economia, aumentando suas exportações e diminuindo ainda mais as importações, produzindo muito do que se comprava de fora. A mudança estrutural, junto ao fim dos empréstimos involuntários externos, permitiu ao Brasil se tornar exportador líquido de capitais. A geração de megasuperávits pela economia brasileira foi a maior resposta à crise internacional e ao estrangulamento de fluxos de capitais estrangeiros.

Entretanto, conforme aponta Cruz (1995), a transferência de recursos reais ao exterior foi feita pelo setor público, que não é gerador de dólares. Este necessita do setor exportador,

ou seja, o privado, para conseguir pagar sua dívida. O setor público passou então a comprar dólares do setor privado, transferindo internamente os recursos e perdendo sua posição relativa na renda interna do país. A poupança no setor público, que já se encontrava baixa em 1980, desapareceu em 1985, além do investimento público, que sofreu uma redução simbólica.

Cervo e Bueno (2002) dividem o crescimento da dívida externa em duas fases. A primeira ocorreu entre 1974-79, época que o país obteve amplos créditos externos para desenvolver sua base econômica de acordo com o II PND. A dívida, que no início deste período era de US\$ 12,5 bilhões, terminou em quase US\$ 50 bilhões. A segunda etapa deu-se entre 1980-87, quando os juros internacionais haviam aumentado e tornou-se mais complicado pagar a dívida, aumentando por si própria sob o efeito da rolagem. Os valores chegaram a US\$ 115 bilhões em fins de 1987, sendo que, em 1986, por exemplo, um quarto do montante era efeito das altas taxas (US\$ 25 de 101 bilhões). O Brasil, conforme descrito na obra, detinha a maior dívida absoluta entre os países da América Latina, incluindo o México, que estava na casa de US\$ 105,6 bilhões no final de 1987. Porém, como os números relativos, como a dívida *per capita* em dólares e a porcentagem sobre o PIB não eram tão alarmantes quanto os dos vizinhos, a vulnerabilidade brasileira era considerada de nível médio.

Em 1984, a produção industrial se recuperou da retração que sofrera na forte recessão de 1983, e cresceu 7% entre estes anos. A ênfase foi dada ao setor extrativista mineral, cuja produção aumentou 27,3% devido à expansão na produção de petróleo pela qual o Brasil estava passando. Naquele ano, a produção doméstica se encontrava em 470 mil barris diários, ou seja, um aumento de 160% em relação ao período 1974-1980. Juntamente à conjuntura de baixos preços do petróleo no mercado internacional, este aumento da produção doméstica configurou menores despesas nas importações de petróleo, algo em torno de US\$ 4 bilhões (CARNEIRO; MODIANO, 1990).

No final da ditadura, a economia mundial estava vivenciando uma ampla redução nos preços internacionais do petróleo e um aumento da oferta por este produto. Os países não-membros da Opep ganhavam espaço nas negociações acerca do produto, e o petróleo árabe já não tinha tanto peso nas importações dos países consumidores.

No entanto, o governo brasileiro ainda passava por dificuldades com as altas taxas de inflação, que alcançavam 13,4% no mês de dezembro de 1985 e 16,2% em janeiro de 1986, segundo Modiano (1989). O presidente Sarney, em fevereiro daquele ano, lançou o Plano Cruzado como um programa de estabilização da inflação, numa conjuntura em que o preço internacional do petróleo recuava, o produto industrial doméstico crescia, a balança comercial

apresentava um superávit acumulado de US\$ 12,8 bilhões desde fevereiro de 1985, havia grandes reservas cambiais e a dívida externa pública estava quase liquidada. O autor afirma que a medida econômica diminuiu significativamente a inflação em meados de 1986, mas no final daquele ano até junho de 1987 as altas taxas retornaram. Os ministros da Fazenda foram substituídos; após Dilson Funaro veio Bresser Pereira, e depois, Maílson da Nóbrega, em uma sucessão de Planos para conter a inflação, mas sem resultados. Cervo e Bueno (2002) acusam esta alternância como demonstração de falta de continuidade e de firmeza do governo Sarney na questão da negociação da dívida, e como um hiato de diretrizes políticas, o que acabou prejudicando o crescimento econômico. “O crescimento econômico, que se manteve ao nível de 8% nos anos de 1985-1986, caiu para 3,6% em 1987 e -0,3% em 1988, correspondendo neste último ano a -2,3% a queda da renda *per capita*” (CERVO E BUENO, 2002, p. 439).

4.4 ANOS 1990 E AS MUDANÇAS NA PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO

Ao longo da década de 1990, a indústria petrolífera brasileira sofreu enormes transformações, conforme Moraes (2015). O desenvolvimento foi tão favorável que a Petrobras alcançou a liderança mundial em exploração e produção em águas profundas, fazendo com que o Brasil se projetasse no cenário mundial, ocupando posição de destaque. Entre 1993 e 2003 a produção nacional de petróleo aumentou em 112%, o que resultou em cerca de 543 milhões de barris anuais ao final do período. A maioria deste petróleo explorado vinha de águas profundas, e cerca de 91% das reservas brasileiras provadas de petróleo, o que significa 11,2 bilhões de barris, localizavam-se no mar.

A crise da dívida externa dos anos 1980, segundo o autor, teve grande influência neste desenvolvimento pelo fato de que o Brasil não possuía recursos para cumprir com seus compromissos financeiros internacionais. Assim, necessitava do desenvolvimento no setor petrolífero, o que levou à exploração de novos campos e à procura por jazidas na Bacia de Santos. Tais condições oferecem destaque à Petrobras diante de outras companhias petroleiras, que não sofreram pressões ante as dificuldades da dependência energética externa.

Durante a crise do petróleo até meados da década de 1980, o objetivo da Petrobras de reduzir a dependência externa, que já era complicado atingir nos anos 1950 e 1960, se tornou mais difícil ainda. A produção não conseguia acompanhar o consumo, e os investimentos feitos levaram tempo para começar a dar retorno. Entre os dois choques, somente 17% do consumo total era produzido internamente, o nível mais baixo desde os anos 1950. Foi somente em 1985 que metade do que se consumia era fruto de produção nacional. Em 1974 se

produziam 181 mil barris por dia, e em 1985, este número saltou para 560 mil (MORAIS, 2015).

Morais (2015) defende que o aumento das tensões no Oriente Médio com a guerra Irã-Iraque e a Guerra do Golfo, que causaram a subida dos preços internacionais do petróleo, fez com que o Brasil se preocupasse ainda mais com seu suprimento do combustível. Nos anos 1990, a integração regional ganhou força, e o Brasil buscou formar alianças com o Cone Sul e com os países andinos. O maior resultado desta integração foi a formação do Mercosul em 1993 entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que proporcionou a entrada da Petrobras na Argentina. A estatal também introduziu negócios na Bolívia.

Mesmo assim, com a onda do neoliberalismo e das privatizações dos anos 1990, a eficiência da Petrobras foi questionada, levando o governo a considerar sua privatização (MORAIS, 2015). O regime de abertura comercial no ramo petrolífero no Brasil ocorreu em novembro de 1995, com a permissão de entrada de capitais privados nas atividades do setor. A emenda constitucional nº 09/95 flexibilizou o monopólio da União sobre as atividades de produção e exploração de petróleo e gás natural, o que permitiu a entrada da concorrência externa. O governo ainda era o único proprietário da riqueza do subsolo, mas foi permitido a outros atores a exploração e a produção dos recursos. Dois anos depois foi sancionada a Lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo), assegurando uma maior concorrência entre a Petrobras e outras empresas, com o fim de atrair investimentos na produção de energia e ampliação da competitividade no Brasil. Dois órgãos foram criados com esta Lei: a Agência Nacional do Petróleo (ANP), com a função de regular as atividades da indústria petrolífera e definir diretrizes para a participação do setor privado; e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), para assessorar o Executivo e propor políticas petrolíferas. A partir da Lei do Petróleo, o monopólio da Petrobras sobre a exploração, produção, refino e transporte foi extinguido e outras empresas constituídas sob as leis brasileiras e com sede no Brasil passaram a atuar além do *downstream*, isto é, na venda dos derivados (SANTOS; BARROS 2005).

Com o fim do monopólio estatal em 1997, a estatal tornou-se uma empresa de economia mista, mas o Estado ainda era seu principal acionista, controlando mais de 50% das ações da companhia. Esta concorrência advinda da privatização parcial acelerou a internacionalização da Petrobras e atraiu investimentos na produção de energia (SOUZA, 2010). Moraes (2015) destaca a intensificação da atuação da empresa na Argentina e o alcance da posição de maior distribuidora de petróleo no país vizinho. Afirma também que a Petrobras conquistou a exclusividade da exploração em águas profundas no Golfo do México, que

conseguiu se inserir no Equador, na Venezuela e no Peru e que fortaleceu sua participação na Colômbia.

Tendo em vista a possibilidade de escassez do petróleo, preocupação presente desde o primeiro choque do petróleo, a Petrobras passou a diversificar sua produção, investindo também na exploração de gás natural e em combustíveis renováveis, como o biodiesel. Um dos maiores projetos da empresa foi o Gasbol, um gasoduto que abastece parte do Brasil com reservas de gás natural da Bolívia (MORAIS, 2015).

4.5 OS NOS 2000 E A CRISE DO *SUBPRIME*

Ocorreram mudanças no perfil da demanda interna brasileira por combustíveis nos anos 2000 e aumento da produção de óleo cru no país. O setor energético precisou então enfrentar mudanças no ramo da refinaria. De acordo com Rosélia Piquet (2012),

A perspectiva de o país se tornar um exportador líquido de óleo cru e um importador líquido de derivados brancos (diesel, nafta e GLP), cujo valor comercial é superior ao do petróleo cru, pôs em pauta a decisão de ampliar a escala do atual parque de refino do país, a fim de melhorar o balanço econômico desfavorável entre importação e exportação (PIQUET, 2012, p. 157).

A abertura total do mercado de petróleo ocorreu em 2002, advinda da desregulação do setor de abastecimento de combustíveis no Brasil devido à Lei do Petróleo. Os preços, as margens e os fretes em toda a cadeia produtiva então foram liberados. Como a Petrobras ocupava o domínio do mercado, poderia controlar os preços internos de acordo com os internacionais. Com políticas de governo de combate à inflação, a estatal aumentou os preços somente uma vez entre 2006 e 2008 (10% para a gasolina e 15% para o diesel), durante um período de aumento dos preços internacionais (CAMPODÓNICO, 2009).

Conforme a produção doméstica de petróleo bruto ia aumentando e o consumo de derivados ia sendo substituído por fontes alternativas, as importações brasileiras de petróleo e derivados iam caindo. A sensibilidade da balança comercial a flutuações do preço internacional também se reduzia. Em 2003, as importações líquidas destes bens significavam US\$ 2,1 bilhões, ou 0,4% do PIB. Este valor foi o menor déficit na balança comercial de petróleo em 25 anos. No início dos anos 80, a fim de comparação, as importações líquidas chegavam ao valor de US\$ 10 bilhões, ou 4% do PIB. A oferta doméstica de petróleo bruto nesta época era de cerca de 200 mil barris por dia, e no ano de 2003 ultrapassou os 1.500 mil barris diários. Como a produção brasileira havia aumentado consideravelmente e o volume

importado diminuído, a economia tornou-se melhor preparada para enfrentar um aumento do preço do petróleo (BOLETIM FOCUS, 2004).

Em 2006 pela primeira vez as exportações de petróleo bruto foram superiores às importações. Desta forma, o prestígio da Petrobras foi restaurado, e foi anunciada a autossuficiência do Brasil em petróleo. No ano seguinte, este quadro superavitário se reverteu, porém de 2008 a 2012 as exportações novamente superaram as importações (MORAIS, 2015).

A autossuficiência energética do Brasil é um ponto a se questionar, tendo em vista sua necessidade de importar petróleo refinado pela dificuldade da Petrobras no processo de refino do óleo pesado. Portanto, para suprir a necessidade de sua demanda, o país teria que exportar seu petróleo, que é pesado, e depois importar seus derivados (MORAIS, 2015). O efeito da autossuficiência é mais simbólico do que prático. O alcance da autossuficiência energética implica um suprimento da demanda interna pelos recursos internos. Em 2006, o então presidente Lula afirmou que o Brasil havia alcançado a autossuficiência em petróleo porque a demanda interna era atendida pela produção nacional, que havia sido ampliada devido à extração da Bacia de Campos. Entretanto, a autossuficiência não se sustenta, pela própria baixa capacidade de refino da indústria nacional.

Em 2007, a descoberta de um novo campo de extração de petróleo ganhou importância: a camada pré-sal. Até então, havia a comprovação de reserva de 14 bilhões de barris de petróleo no Brasil. Com a descoberta do pré-sal, este número aumentou para 33 bilhões, e a expectativa não comprovada era de 50 a 100 bilhões de barris. Conforme relatório da Ernst & Young Terco (BRASIL..., 2011), diante das novas descobertas de megareservas de petróleo, o Brasil mudou de posição no ranking dos grandes *players* globais.

O relatório defende que a importância maior do pré-sal para o Brasil não é o petróleo em si ou a aquisição de mais reservas. Os maiores resultados que o investimento na camada pode acarretar é o desenvolvimento de uma indústria de alta tecnologia. Desta forma, fornecedores globais acabam instalando-se no Brasil e o país desenvolveria uma capacidade de suprir as demandas do segmento de petróleo e gás, que são complexas e sofisticadas.

No ano de 2008, a crise bancária estourou no mercado financeiro mundial, e os níveis de crescimento mundiais foram afetados. O comércio internacional se retraiu e os países desenvolvidos passaram a importar menos do que nos anos anteriores. Todavia, no Brasil, as consequências não foram tão graves, devido às medidas governamentais voltadas para o mercado interno e para a busca de mais mercados consumidores de seus produtos, além de medidas fiscais e incentivos. “Apesar de um curto período de turbulência entre 2008 e 2009, a

economia brasileira parece ter se recuperado de forma rápida e consistente dos efeitos da crise econômica internacional” (CAVARZAN; RACY 2011, p. 54).

Entretanto, em relação à Petrobras, a crise foi mais severa nos anos seguintes. Os investimentos da empresa se contraíram, e os US\$ 220 bilhões programados em 2012 para serem gastos entre 2015 e 2019 se transformaram em US\$ 130 bilhões no planejamento de 2015 (MORAIS, 2015). Conforme Cavarzan e Racy (2011), a Petrobras estava priorizando tornar viáveis e lucrativos os investimentos em exploração destas novas reservas descobertas na Bacia de Santos. Entretanto, com a baixa disponibilidade de crédito internacional devido à crise, os investimentos em tecnologia tiveram que ser adiados para 2020. Além disso, com a queda do preço do petróleo no final de 2008, o faturamento da estatal diminuiu consideravelmente.

No Brasil, a crise do *subprime* vinha sendo anunciada desde 2007, apesar de ter se iniciado em 2006 nos Estados Unidos com o estouro da bolha imobiliária e a queda contínua dos preços dos imóveis. Entretanto, ela só chegou efetivamente no Brasil no último trimestre de 2008, quando o crescimento se tornou negativo (o PIB se reduziu em 3,6% entre outubro e dezembro, após nove meses de expansão). Com a crise, ocorre o desaparecimento do crédito internacional e a queda das exportações brasileiras (SINGER, 2009).

Ante a crise financeira anunciada em 2007, o governo brasileiro adotou medidas anticíclicas, conhecidas como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o propósito de minimizar os efeitos de retração econômica. Entre estas medidas estava o empréstimo de bancos públicos, em especial do BNDES, para a Petrobras, como forma de amenizar as dificuldades da falta de liquidez (BARBOSA, 2013). Os gastos do governo já eram altos antes da crise. Esta variável ainda aumentou com tais medidas anticíclicas, além de haver uma diminuição de impostos. Desta maneira a situação fiscal brasileira ficou comprometida. (MORAIS, 2015).

Barbosa (2013) aponta que a falta de liquidez internacional no auge da crise de 2008, somada ao endividamento da Petrobras, às más gestões, à grande corrupção e desvios de verba, pelo menos desde 2008, agravaram a situação econômico-financeira da estatal até os anos recentes. Sua lucratividade vem sendo reduzida desde então, assim como o valor de suas ações. Muito em função destas dificuldades, a Petrobras adquiriu um papel de destaque nas políticas expansionistas de 2009. Os investimentos na estatal chegaram a 1,9% do PIB. O PAC incluía vários projetos de diversos segmentos da estrutura brasileira, e o governo utilizou amplamente a estatal petrolífera como instrumento para contornar a crise, sobrecarregando a capacidade da companhia e fazendo com que seu orçamento estourasse (BARBOSA, 2013).

Em 22 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.351 modificou a Lei nº 9.478 (Lei do Petróleo, de 1997) e o Estado voltou a ter um maior controle sobre o petróleo produzido, diante das descobertas de jazidas de petróleo e gás na camada pré-sal. A Petrobrás voltou a ser a operadora única dos campos e possuía participação obrigatória de, no mínimo, 30% nos grupos de exploração e produção (DARÓS, 2012).

A crise econômica iniciada em 2007 nos Estados Unidos acarretou a contração das relações comerciais internacionais, e os produtos de exportação brasileiros foram atingidos. Conforme aponta Reisoli Filho (2015), após um período de expansão nas contas externas de petróleo, a partir de 2010 as vendas do produto e de seus derivados apresentou instabilidade e não acompanharam o comportamento das compras domésticas. As importações mantiveram uma tendência de crescimento, mas as exportações estagnaram e, em 2011, se retraíram. A isso se deve o fato de que as exportações destes bens sejam mais sensíveis às condições econômicas externas e de que o Brasil possui uma dependência crescente por petróleo.

A partir de 2011, o Brasil passou novamente a consumir mais petróleo do que é capaz de produzir. Deste modo, a autossuficiência declarada pelo governo em 2006 não se tornou mais válida, uma vez que a produção de petróleo era inferior ao volume de derivados consumidos internamente.

4.6 ÚLTIMO PICO DE PREÇO E AS IMPLICAÇÕES DE SUA QUEDA

Com a alta cotação do barril em 2012, a Petrobras recebeu pressões do mercado para aumentar os preços dos derivados do petróleo, de modo a não ter prejuízos. Ao mesmo tempo, a oferta de etanol havia sofrido uma redução, então as importações de derivados haviam aumentado, contribuindo para uma deterioração na conta petróleo. Em fevereiro de 2012 as compras de gasolina no exterior subiram 33% em relação a fevereiro do ano anterior.

Belluzzo, em entrevista à Revista Fórum (2015), afirma que o governo impediu reajustes no preço dos combustíveis como medida de contenção da inflação, mesmo em um período que o barril do petróleo estava em torno dos cem dólares. Foi somente no início de 2013 que houve um reajuste de 6,4% para a gasolina e de 5,5% para o diesel. Mesmo assim, como a Petrobras necessita de derivados importados, terminou com um déficit de R\$ 10,7 bilhões. Belluzzo sugere que a medida de contenção de preços não seguiu proporções aceitáveis, e que:

Não havia razão para subsidiar a massa de consumidores que tem capacidade para gastar. Em um certo momento, era possível reajustar sem causar um grande efeito sobre a inflação. Foi um erro, podia ter deixado a Petrobras em uma situação muito mais favorável para acelerar os investimentos (BELLUZZO apud ANJOS; FARIA, 2015).

Conforme discutido no capítulo anterior, a partir de junho de 2014 até janeiro de 2016 a tendência do preço do barril de petróleo foi de rápida queda, passando de US\$ 105,54 para US\$ 28,50 respectivamente. Preocupações acerca do crescimento da China, da crise diplomática entre o Irã e a Arábia Saudita e sobre o aumento dos estoques de derivados nos Estados Unidos tiveram papel central nesta queda brusca no preço da *commodity*. De acordo com a discussão acima, esta queda não se refletiu nos preços dos combustíveis aqui no Brasil, pois o reajuste dos preços do diesel e da gasolina não acompanhou a variação do barril do petróleo internacional. A Petrobras precisou arcar com grandes perdas, entre elas uma menor arrecadação dos royalties sobre a produção, o que acabou por afetar o orçamento das prefeituras e dos estados produtores de petróleo. Além disso, a rentabilidade da estatal na exploração do pré-sal diminuiu em função da desvalorização do petróleo. O motivo é que os investimentos foram planejados levando em conta um preço mínimo do barril por volta de US\$ 45, o que tornaria a produção viável.

Apesar de o reajuste nos combustíveis em 2013 ter aumentado os lucros da Petrobras em 11% a mais que no ano anterior, sua dívida líquida aumentou em 50%. De R\$ 147,8 bilhões para R\$ 221,6 bilhões, devido justamente ao controle dos preços nos anos anteriores. O mercado financeiro, como resposta, começou a ter uma percepção negativa sobre a companhia, e os investidores foram levados a vender suas ações. A empresa perdeu muito valor de mercado, representado pelo preço de suas ações vezes o número de ações existentes.

Um artigo da Infomoney (É A HORA..., 2015) sobre a Petrobras defende que a constante queda do preço do petróleo desde 2014 por um lado, minimizou os prejuízos que a companhia brasileira enfrentava desde 2011 com a importação de derivados a altos preços. Além disso, o fato de o barril do petróleo estar em torno de US\$ 50 fez com que a companhia tivesse custos mais baixos com a extração e com a participação governamental (royalties e participação estatal). Como a participação é baseada no preço internacional, que estava elevado em 2014, a companhia passou a ter menores custos e maior fluxo de caixa. Por outro lado, a queda do preço do barril coloca em questão a viabilidade do plano de investimentos da companhia e põe em dúvida a rentabilidade da exploração do pré-sal, a preços tão baixos. Quando o barril estava a US\$ 32,60, no segundo bimestre de 2014, os custos da companhia para produzir, transportar e pagar impostos ainda eram cobertos. Entretanto, para que a

exploração no pré-sal se mantenha viável (*break even*), o preço precisa estar, no mínimo, a US\$ 45, de acordo com a própria companhia. A curto prazo os agentes correm o risco de desinvestir em exploração, primeiro setor da cadeia *upstream* a ser afetado em crises de baixos preços.

Outros fatores também contribuem para a menor rentabilidade da empresa, de acordo com o artigo, como a crise de credibilidade, a dívida crescente (conquistando o posto de maior do mundo) e a ingerência política, envolvendo escândalos de corrupção. As ações da Petrobras, então, acumularam grandes perdas: desde 2010 a estatal perdeu cerca de 70% de valor de mercado. A grande dívida da estatal, que em 2015 estava beirando R\$ 500 bilhões, teve com grande causa o controle dos preços de combustíveis como medida de contenção da inflação. Entre 2011 e 2014 os preços da Petrobras se situavam muito defasados, e, somando-se a forte valorização do dólar, o prejuízo da companhia foi enorme.

Com a queda do preço do barril internacional, somada à recessão que o Brasil experimentava, a balança comercial no setor petrolífero melhorou. Apesar de que as exportações de óleo e de derivados tenham diminuído 34% em 2014, as importações caíram ainda mais, em torno de 47%. Isso fez com que o déficit da conta petróleo caísse para US\$ 5,7 bilhões, ante o recorde de 2013 de US\$ 20,4 bilhões (É A HORA..., 2015).

4.7 PERSPECTIVAS

A interdependência energética é global e inevitável, porém os países procuram formas de diminuir as consequências da escassez e dos choques externos, uma vez que a alta dependência externa se traduz em insegurança nacional. No final da época da “petroprosperidade”, nos anos 1980, e início da “era dos conflitos”, que se estende até hoje, tanto consumidores quanto produtores passaram a interpretar a interdependência como fonte de insegurança energética. Os produtores, para contornar os receios, procuram a diversificação de seus recursos e a ampliação de seus mercados consumidores, além de investir em países emergentes altamente consumidores de petróleo, como a China e a Índia (BRITO et al., 2012).

Quanto aos países consumidores, por sua vez, Morais (2015) apresenta duas formas de amenizar sua dependência: diversificar a matriz energética com novas fontes de energia ou aumentar seu acesso a elas. O Brasil tem procurado a diversificação energética desde a década de 1970, com o Pró-Álcool, e vem investindo em programas de construção de hidrelétricas e usinas nucleares. Quanto ao seu acesso, incrementou sua prospecção de petróleo doméstico

com a exploração da camada do pré-sal, tanto para garantir sua autossuficiência quanto para se tornar um grande exportador do produto. Entretanto, afirmar que o Brasil é autossuficiente é de um otimismo exagerado (BRITO et al., 2012).

Conforme Tolmasquim et al. (2007), no período entre 2005 e 2030, o consumo de energia crescerá a taxas maiores do que das últimas décadas, e a oferta de energia dobrará. O Brasil possui uma grande vantagem comparativa no setor energético, tendo em vista seus recursos naturais em abundância e a baixos custos em termos relativos. Os investimentos feitos em exploração e produção de petróleo podem fazer com que a produção nacional atinja 3 milhões de barris por dia em 2020. No lado da demanda, Tolmasquim et al. (2007) pressupõem que o consumo aumentará, acompanhando o cenário macroeconômico. Apesar do aumento do consumo, a maior produção acarretará até 2030 um superávit no balanço de produção e consumo de petróleo.

Com relação aos derivados, os autores estimam para 2030 cerca de 3,7 milhões de barris por dia e uma melhor capacidade de refino, para suprir a necessidade doméstica. Este incremento na produção também provocará um balanço superavitário de produção e consumo dos derivados.

Sob análise de um período conturbado de transição energética e de mudanças no paradigma energético global, Pimentel (2011) elenca três prioridades para o Brasil: assegurar a oferta interna de energia (tanto mantendo quanto ampliando as fontes renováveis); auxiliar na manutenção da estabilidade energética, política e econômica na América Latina; ampliar o desenvolvimento nacional com as oportunidades da transição, assim como sua projeção no cenário internacional.

O primeiro objetivo, de acordo com o autor, seria facilmente alcançado, uma vez que o Brasil possui ampla experiência e possibilidade de expansão das matrizes renováveis de energia, com ênfase na hidroeletricidade e no aproveitamento da biomassa de cana. Além disso, com a extração de hidrocarbonetos da camada do pré-sal, a produção de petróleo é aumentada e o país pode passar a ser um dos mais importantes produtores da matriz. Em relação ao segundo objetivo, que é ajudar a manter a estabilidade no continente, o Brasil terá que investir esforços econômicos e diplomáticos, como no aprofundamento de vínculos bilaterais, por exemplo, para garantir a segurança energética na região (como o aproveitamento hidrelétrico nas fronteiras). Entretanto, a ênfase deverá ser dada na integração regional energética, que permitirá o melhor aproveitamento dos recursos. O Brasil já possui um papel de destaque na integração sul-americana, pois além de ser o principal mercado

consumidor e grande exportador de energia, possui uma localização estratégica, amplo acesso ao financiamento externo e grandes capacidades de articulação diplomática.

Sobre a terceira gama de objetivos (a prospecção de oportunidades em meio à crise de transição) uma utilização eficiente dos recursos petrolíferos poderá alavancar os índices econômicos e sociais do Brasil e fortalecer sua influência no cenário internacional. De acordo com Pimentel (2011),

A possibilidade concreta de o Brasil vir a contar com excedentes energéticos exportáveis (principalmente petróleo, do pré-sal) em meio a uma crise global oferece a perspectiva de um aumento significativo da receita de exportação e de um ampliado interesse global por investimentos tanto no setor de exploração e produção de petróleo, quanto segmentos coadjuvantes da indústria petrolífera, tais como construção naval, siderurgia, serviços de engenharia ou logística. (PIMENTEL, 2011, p. 208)

O autor ainda supõe que o Brasil alcançará a escala ideal de produção na camada do pré-sal quando várias das principais províncias petrolíferas de hoje estarão em declínio. Assim, as condições de produção e revenda estarão à mercê da posição internacional do país e de suas prioridades de política externa, mais do que das leis do mercado. Segundo ele,

Se o pré-sal representa a possibilidade de fabulosos ganhos econômicos e da alavancagem significativa do crescimento industrial, o domínio de uma das mais promissoras fontes para a geração de energia renovável acena com a possibilidade de um papel protagônico na conformação do novo paradigma que, em última instância, terá impacto determinante na maneira como a sociedade do século XXI produzirá, transportará e consumirá seus bens e serviços (PIMENTEL, 2011, p. 210).

Conforme relatório da Ernst & Young Terco (BRASIL..., 2011), grandes investimentos nos campos do pré-sal estão programados para até 2020. O total estimado vai além de US\$ 250 bi para o desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, incluindo toda a infraestrutura de transporte.

Pimentel (2011) ainda aponta que, ao mesmo tempo em que a fonte petrolífera brasileira se apresenta grande polo de energia, e há grande desenvolvimento em fontes renováveis, na fase aguda de transição energética a política externa brasileira enfrentará dificuldades. Haverá maior competição pelos recursos escassos, além de uma grande disputa pela definição dos padrões do novo paradigma energético. Os países em desenvolvimento tentarão impor seu entendimento e sua visão acerca do que é energia renovável e de como deve ser comercializada e produzida, enquanto que o Brasil já possui um modelo energético para executar na transição. Então, a defesa deste modelo causará discórdia de opiniões e dificuldades para a diplomacia brasileira.

Ou seja, o Brasil e sua indústria petrolífera tem sofrido importantes transformações e deverá experimentar novas metamorfoses ao longo das próximas décadas. O petróleo continuará a representar uma forte influência nas negociações externas, e a economia brasileira, enquanto peça do sistema que utiliza o petróleo como matriz energética, continuará absorvendo as mudanças que ocorrem no sistema internacional, tanto em relação ao preço ofertado quanto à oferta do recurso em si. E continuará se adaptando a elas, procurando novas fontes e adequando sua economia, para obter o menor impacto possível.

4 CONCLUSÃO

O uso do petróleo como instrumento de poder ganhou bastante ênfase na década de 1970. Neste período, os países que até então eram periféricos às decisões políticas e econômicas internacionais passaram a assumir uma posição de destaque, com a influência e riqueza necessária para conduzir os eventos. Dessa forma, devido aos mais diversos interesses e circunstâncias dos países produtores do “ouro negro”, o preço do barril de petróleo internacional possui uma tendência histórica de oscilações, com preços muito altos e muito baixos. Somando-se essas variações às especulações acerca do preço no curto prazo, é de se esperar que seja gerada uma falta de confiança no mercado do produto e estruturalmente menores investimentos em sua produção. Todavia, por ser um recurso atualmente viável e de fácil exploração e extração, é usufruído e demandado continuamente.

Na “Sociedade do Hidrocarboneto”, como Yergin a denomina, os países consumidores consideram como vantagem estratégica o acesso ao petróleo, sendo indispensável para sua economia e capacidade de crescimento. Já para o país produtor, o recurso significa *status* e influência. O petróleo, como símbolo de soberania e de poder, representa as divergências entre os objetivos das empresas e dos Estados. Tais conflitos na política internacional são motivos para influência e interferência das potências (grandes acionistas das empresas) nas regiões produtoras e para as hostilidades que ocorrem interna e internacionalmente. Essas divergências, portanto, são o principal motivo das grandes oscilações no valor do petróleo, discussão principal deste trabalho.

Outro ponto abordado é a busca pela autossuficiência dos países em desenvolvimento, com ênfase na história brasileira desde a década de 1970 como exemplo de resposta diante dos acontecimentos internacionais. O país, a partir de meados do século passado, buscou sua autossuficiência, com grandes investimentos na extração do petróleo, e tornou-se, dessa forma, grande produtor mundial. Ainda é dependente de grandes quantidades de petróleo importado, pois o óleo que produz é do tipo mais pesado, e o país ainda não possui capacidade e tecnologia suficientes para refinar toda a quantidade produzida.

As políticas econômicas brasileiras sofreram grande influência não só das oscilações do preço do barril internacional em si, mas também de vários outros determinantes acarretados por elas, como, por exemplo, a abundante liquidez externa dos anos 1970, que serviu para financiar grandes investimentos internos. Estes gastos governamentais tinham o propósito principal de tornar o Brasil menos dependente de recursos do exterior,

principalmente energéticos. E a grande motivação para isso foi justamente a grande instabilidade que tais recursos apresentavam, especialmente o petróleo.

Ao longo dos anos, a indústria petrolífera brasileira ganhou espaço no orçamento do governo, e a partir dos anos 2000, ganhou papel de destaque. Um dos motivos foi a descoberta de reservas de petróleo *off-shore*, na camada do pré-sal. Este fato proporcionou maior estabilidade à segurança energética ao Brasil, e deu à nação a sensação de “conforto energético”. A autossuficiência energética é um grande objetivo dos países consumidores, e aqueles que a possuem estão em posição privilegiada num cenário de dependência do petróleo. Entretanto, essa condição de autossuficiência é raramente satisfeita, visto que a distribuição de petróleo no mundo é bastante desigual, e mesmo os países que estão sobre grandes reservas de petróleo podem não ter a tecnologia suficiente para extraí-lo ou transformá-lo em derivados para o consumo. Por esse motivo, no cenário internacional a dependência energética das nações é a regra.

Após a crise de 1973, a era da “petroprosperidade” (que havia iniciado na década de 1920) cedeu lugar à “era dos conflitos”. Os países consumidores e produtores passaram a encarar a interdependência como uma insegurança energética. Ambas as partes, desse modo, passaram a buscar alternativas para aprimorar sua segurança energética. Os produtores passaram a ampliar seus mercados e os importadores começaram a investir em fontes de energia substitutas ou alternativas ao petróleo, além de procurar aumentar sua produção interna.

A tendência para os próximos anos é que os países deverão manter grande dependência pelo petróleo, principalmente da produção dos países da Opep, pois não existem ainda novos paradigmas tecnológicos e geopolíticos capazes de substituir essa realidade. Enquanto não se encontrar alguma fonte alternativa de energia, o petróleo continuará a ter efeitos de longo alcance sobre a economia global. O presente trabalho propõe que a elevação de preço do óleo pode estimular o crescimento econômico ou, ao contrário, desencadear a recessão. Por pelo menos trinta anos o petróleo permanecerá dominante na matriz energética global. Todavia, a indústria petrolífera não encontrou outros meios de regulação que não gerem tantos impactos nas economias dos países, e que não faça do petróleo um mercado tão arriscado de investir. O setor petrolífero demonstra dificuldade em impedir grandes escaladas e colapsos abruptos de preços, e de gerar alguma segurança energética global.

Ademais, os eventos recentes trazem incertezas quanto à oferta futura de energia e seu custo. A região do Oriente Médio possui tradicionalmente grande instabilidade geopolítica, que faz comprometer a capacidade produtiva do petróleo, prejudicando em vários momentos

os volumes produzidos e os preços pré-fixados. Esta conjuntura pode se manter desfavorável por um longo prazo.

A abundância de hidrocarbonetos é um fator potencial de geração de riquezas. Entretanto, é um recurso esgotável e o ritmo de aproveitamento das jazidas é uma variável-chave. As novas descobertas brasileiras exigirão um grande esforço de inovações tecnológicas para maximizar o aproveitamento do petróleo produzido. Tais inovações deverão ser acompanhadas por um plano institucional e regulatório. Com a recente queda do valor do barril internacional, a Petrobras encontra dificuldades de investimento, e tem retornos menores, enquanto que a conta petróleo brasileira passa por uma deterioração. Entretanto, a empresa tem aumentado sua capacidade de produção no pré-sal de modo economicamente viável, conseguindo reverter parte das perdas.

O cenário petrolífero no Brasil tem passado por importantes transformações, e no futuro próximo estas continuarão ocorrendo. O petróleo nesta última metade de século tem representado um forte elemento da política econômica do país, e cada vez com mais força e influência. Conforme a industrialização no país avança, o recurso se torna a chave da segurança energética nacional.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, B.; SADDI, F. Uma alternativa de interpretação do II PND. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 78-98, out./dez. 1997

ALVARADO, D. M. N. El caso de los rehenes estadounidenses en Teherán y el Proyecto de Artículos aprobado por la Comisión de Derecho Internacional sobre Responsabilidad del Estado por Hechos Internacionalmente Ilícitos. **Agenda Internacional**, Lima, año 7, n. 16, p. 161-177, 2002.

ANJOS, A. B.; FARIA, G. Belluzzo: “A regra da economia de hoje é ‘o povo que se lixe’”. **Revista Fórum**, [S. l.], 21 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/01/21/belluzzo-regra-da-economia-de-hoje-e-o-povo-que-se-lixer/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Impacto do Preço do Petróleo sobre as Contas Externas. **Boletim Focus**, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/gci/focus/x20040621-impacto%20do%20pre%C3%A7o%20do%20petr%C3%B3leo%20sobre%20as%20contas%20externas.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

BARBOSA, P. O endividamento da Petrobras com o BNDES no período pós-2008 e impactos contábeis e econômico-financeiros. **FGV**, São Paulo, nov. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11659/O%20Endividamento%20da%20Petrobras%20com%20o%20BNDES.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

BRASIL sustentável: Perspectivas dos mercados de petróleo, etanol e gás. Ernst & Young Terco, 2011. Disponível em: <[http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_-_Petroleo_e_Gas/\\$FILE/Brasil_Sustentavel_-_Petroleo_e_Gas.pdf](http://www.ey.com.br/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_-_Petroleo_e_Gas/$FILE/Brasil_Sustentavel_-_Petroleo_e_Gas.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. S. G. de. A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: BELLUZZO, Luiz G. de Mello; BATISTA JR., Paulo Nogueira (orgs.) **A luta pela sobrevivência da moeda** – ensaios em homenagem a Dilson Funaro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

BENES, J. et al. **The Future of Oil: Geology versus Technology**. [S.l.], May 2012. Working Paper WP/12/109, International Monetary Fund Research Department. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp12109.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BERMAN, A. **Oil Prices Lower Forever? Hard Times in a Failing Global Economy**. The Petroleum Truth Report. [S.l.], 15 July 2016. Disponível em: <<http://www.artberman.com/oil-prices-lower-forever-hard-times-in-a-failing-global-economy/>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

BRITO, T. L. F. et al. A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. P. 15-50.

CAMPODÓNICO, H. Gestión de la industria petrolera en período de altos precios del petróleo en países seleccionados de América Latina. **Cepal**, nº 147. Santiago, Dic. 2009.

Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6351/S0900832_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 18 out. 2016.

CARNEIRO, D. D. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. P. 295-322.

CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A Ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. P. 323-46.

CAVALCANTI, C. B. **Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna**. Rio de Janeiro, BNDES, 1988.

CAVARZAN, G. M. Economia, discurso e poder: os bastidores políticos do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). **AEDOS**, Porto Alegre, v. 1, n.1, jul/dez, 2008.

CAVARZAN, G. M.; RACY, J. C. II PND: As Peculiaridades da Estratégia Brasileira Durante a Crise Internacional dos Anos 1970. **Revista de Economia Mackenzie**, Volume 8, n. 3, p. 52-66. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/viewFile/2670/3022>>. Acesso em: 13 set. 2016.

CERVO, A.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: EdUnB, 2002. P. 427-454.

COSTA, P. A Evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. P. 53-79.

CRUDE Oil Prices - 70 Year Historical Chart. **Macrotrends**, [S.l.], 2016. Disponível em: <<http://www.macrotrends.net/1369/crude-oil-price-history-chart>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CRUZ, P. R. D. C. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos 80. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG, v. 5, n. 1, ago. 1995.

DARÓS, S. K. O marco regulatório do pré-sal e suas diferenças ao regime de concessão. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, 17 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-marco-regulatorio-do-pre-sal-e-suas-diferencas-ao-regime-de-concessao,37565.html>>. Acesso em: 18 out. 2016.

É A HORA ou não é de comprar ações da Petrobras? Infomoney, [S. l.], 2015. Disponível em: <http://produtos.infomoney.com.br/hubfs/investidor-de-sucesso/especial-comprar-acoes-petrobras.pdf?t=1454436593077&utm_campaign=O+Investidor+de+Sucesso&utm_source=hs_automation&utm_medium=email&utm_content=23310469&_hsenc=p2ANqtz-_L3BIM1ONQJv3SZCZD1ZtmtJICIHjkh0RU47huk9t1-L8B3FE74A-RtRhfdAEP0dXPVKjGUfjldvJjwNGPLuS95RVO0g&_hsmi=23310474>. Acesso em: 18 out. 2016.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE; Ministério de Minas e Energia - MME. **Contexto Mundial e Preço do Petróleo: Uma Visão de Longo Prazo**. Brasília, 10 dez. 2008. p. 13. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/Petroleo/Documents/Estudos_29/Contexto%20Mundial%20e%20Pre%C3%A7o%20do%20Petr%C3%B3leo%20Uma%20Vis%C3%A3o%20de%20Longo%20Prazo.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION - EIA. **Annual Energy Outlook 2016**. Washington, D.C. 15 sept. 2016. Disponível em: <<http://www.eia.gov/forecasts/aeo/data/browser/>>. Acesso em 16 nov. 2016.

———. **Country Analysis Brief: Russia**. October 25, 2016. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Russia/russia.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016

———. **Sanctions reduced Iran's oil exports and revenues in 2012**. Washington, D.C. 26 Apr. 2013. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=11011>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

FILHO, R. B. Conta petróleo e a balança comercial brasileira: uma análise do período recente. **Novos estudos**. CEBRAP n.º.101 São Paulo, jan./mar. 2015.

FISHLOW, A. A Economia Política do Ajustamento Brasileiro aos Choques do Petróleo: Uma Nota Sobre o Período 1974/84. Universidade da Califórnia, Berkeley. **Pesq. Plan. Econ.** Rio de Janeiro, p. 507-550, dez. 1986. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1019/958>>. Acesso em: 11 set. 2016.

FRAQUELLI, A. C.C. O mercado do petróleo e os preços do barril nas duas últimas décadas. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 20, n. 7, 2011. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/o-mercado-do-petroleo-e-os-precos-do-barril-nas-duas-ultimas-decadas/>> Acesso em: 30 ago. 2016.

FUSER, I. **O Petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas”, Universidade Estadual de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/arquivos/defesas/igor.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

GOLD, R. Colapso no preço do petróleo lembra os anos 80, com uma diferença: o xisto. **The Wall Street Journal**, [S.l.], 14 jan. 2015. Disponível em: <<http://br.wsj.com/articles/SB10069711573852883839404580397933629791258>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

HALLIDAY, F. **The Middle East in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

JAMES A. BAKER III INSTITUTE FOR PUBLIC POLICY OF RICE UNIVERSITY - BAKER; COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS - CFR. **Strategic Energy Policy: Challenges for the 21st Century – Task Force Report**. Houston, New York, 15 Apr. 2001.

KRAUSS, C. Oil Prices: What's Behind the Volatility? Simple Economics. **The New York Times**, New York, 2 Nov. 2016. Disponível em: <http://www.nytimes.com/interactive/2016/business/energy-environment/oil-prices.html?_r=1>. Acesso em: 12 nov. 2016.

LA CRISIS de los rehenes en Irán, 1979. **La Guía: Historia**, [S.l.], 29 mayo 2007. Disponível em: <<http://www.laguia2000.com/medio-oriente/la-crisis-de-los-rehenes-en-iran-1979#ixzz4QwZgHcds>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

LACERDA, A., BOCCHI, J., REGO, J., BORGES, M., MARQUES, R. **Economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2003.

LEÃES, R. F. A queda do preço do petróleo: uma trama saudita? **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, ano 24, n. 4, 2015. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/a-queda-do-preco-do-petroleo-uma-trama-saudita/>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

LIMA, L. A. O. Crise do petróleo e evolução recente da economia brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v.17, n. 2, São Paulo, mar./abr. 1977. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901977000200004>. Acesso em: 13 set. 2016.

LOSEKANN, L.; PERIARD, T. A maldição dos recursos naturais III: A maldição do petróleo resiste ao boom do preço do petróleo nos anos 2000? **Blog Infopetro**, 21 out. 2013. Disponível em: <<https://infopetro.wordpress.com/2013/10/21/a-maldicao-dos-recursos-naturais-iii-a-maldicao-do-petroleo-resiste-ao-boom-do-preco-do-petroleo-nos-anos-2000/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

MACHADO, M. Os limites do preço do petróleo. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 13, n. 87, 17 jun. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3261&catid=28&Itemid=39>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MARQUES, M. S. B. A aceleração inflacionária no Brasil: 1973-83. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol. 39, n. 4, out./dez. 1985, p. 343-384.

MAUGERI, L. **Oil: the Next Revolution**. Cambridge: Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, June 2012. (Discussion Paper, 2012-10). Disponível em: <<http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Oil-20The%20Next%20Revolution.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

MODIANO, E. A ópera dos três cruzados: 1985 - 1989. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 - 1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MORAIS, J. M. de. **Petrobras: Uma história das explorações de petróleo em águas profundas e no pré-sal**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

NODA, O. S. A Restauração da Economia Mexicana. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, 24 mar. 2004. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2014/03/24/a-restauracao-da-economia-mexicana/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PIMENTEL, F. **O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PIQUET, R. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (orgs.). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. P. 147-170.

QUEIROZ, H. A crise no mundo árabe e o preço do petróleo. **Blog Infopetro**, 28 fev. 2011. Disponível em: <<https://infopetro.wordpress.com/2011/02/28/a-crise-no-mundo-arabe-e-o-preco-do-petroleo/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SANTOS, J. M.; BARROS, F. M. P. Indústria petrolífera: aspectos teóricos e jurídicos acerca das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 584, 11 fev. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6305/industria-petrolifera>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SINGER, P. O combate à crise pelo governo federal. **Teoria e Debate**, [S. l], edição 81, mar./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/?q=materias/economia/o-combate-crise-pelo-governo-federal>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SMITH, J. The 2008 Oil Price Shock: Markets or Mayhem? **Resources For The Future**, [S. l.], 6 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.rff.org/blog/2009/2008-oil-price-shock-markets-or-mayhem>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

SOUZA, N. A. de. Os Negócios Internacionais da Petrobrás. **Revista Belas Artes**, São Paulo, Ed. 2, p. 1-29, abr. 2010. Disponível em: <http://www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=negocios_intl_da_petrobras>. Acesso em: 20 set. 2016.

TERCEIRA CRISE do petróleo: mais violenta e perigosa que as anteriores. **UOL Economia**, [S.l.], 10 jun. 2008. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/06/10/ult35u60222.jhtm>>. Acesso em 12 nov. 2016.

TOLMASQUIM, M. T.; GUERREIRO, A.; GORINI, R. Matriz energética brasileira: uma prospectiva. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, nov. 2007.

VISENTINI, P. F. **A Primavera Árabe: Entre a Nova Democracia e a Velha Geopolítica**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VOIGT, M. R. **O Impacto dos Choques Petrolíferos na Diplomacia Brasileira (1969-1985)**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Curso de Pós-Graduação em Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54097/000836553.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

WATKINS, T. **Financial and Economic Crisis in Mexico in 1982**. [S.l]: San José State University, Economic Department, [2016?]. Disponível em: <<http://www.sjsu.edu/faculty/watkins/mexico82.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

YERGIN, D. **O Petróleo**: Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro. São Paulo: Paz e Terra, 2010.